



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Instituto de Relações Internacionais

Maria Clara Pfeiffer Noronha

**Do eurocentrismo ao euroceticismo: usos do Eu e do Outro no
discurso político da Europa Central**

Orientado por Paula Sandrin

Rio de Janeiro

2020.2



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Instituto de Relações Internacionais

Maria Clara Pfeiffer Noronha

**Do eurocentrismo ao euroceticismo: usos do Eu e do Outro no
discurso político da Europa Central**

Orientado por Paula Sandrin

Artigo Científico apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Rio de Janeiro

2020.2

Agradecimentos

À toda a minha família, de origem tão diversificada, indo do Líbano até o Amazonas, passando pela Alemanha e por Minas Gerais, e que sem saber contribuíram para a complexidade que me habita, para a sede de ir buscar na história explicações do presente, e para um sentimento paradoxal de (não)pertencimento que me fez desde cedo buscar expandir meus horizontes e dar nome às minhas inquietações. Ao Instituto de Relações Internacionais e grande parte de seu corpo docente, bem como às amigas que fiz durante essa jornada, que me ajudaram a identificar tais inquietações, e entender que a complexidade que carrego é uma que compartilho com o mundo, seu mecanismo de funcionamento, suas lógicas, histórias, populações e, ainda bem, com pessoas que estão ou vieram a estar bem perto de mim. À família que criei nesses últimos quatro anos e meio, vocês amenizaram a frequente agonia que acompanha o processo de ganhar conhecimento. Processo esse que é rico, mas que contém suas irregularidades; terreno que é fértil, mas que possui suas propriedades tóxicas, capazes de entorpecerem e afetarem o sistema – internacional, nervoso, respiratório, dado que as mazelas que devastam regiões arrepiam a espinha, obstruem a respiração e doem o coração.

À Paula Sandrin pela orientação atenciosa, pelo alento e pela troca enriquecedora.

Aos meus pais.

À Thereza Cohen e à Meibel Pfeiffer.

Ao Wolfgang Christian Pfeiffer.

Resumo

Esse trabalho discorre sobre os usos do Eu e do Outro no discurso político da Europa Central no contexto otimista de entrada dos países do Grupo Visegrad na União Europeia; e no discurso político mais recente da Polônia e da Hungria, como é possível observar pela ampla repercussão na mídia internacional, atualmente marcadas por governos populistas e eurocéticos. Através de uma abordagem discursiva da política externa, pretende-se elucidar a relação co-constitutiva entre discursos políticos e identidades, bem como as representações de identidades presentes nos discursos em questão e seus objetivos. Questiona-se o entendimento convencional de identidades como algo fixo e estável e, ao analisar diferentes contextos, busca-se demonstrar, por meio do caso da Europa Central, a fluidez, a instabilidade e a contingência histórica de construções de identidades e de discursos políticos nas Relações Internacionais.

Palavras-chave: Europa Central; União Europeia; Polônia; Hungria; análise de discursos; identidades

Sumário

Introdução	6
1. Identidades, a dicotomia Eu/Outro nas Relações Internacionais e nos discursos de política externa, sua fluidez e instabilidade	8
2. Nós, os civilizados; eles, os selvagens: a Europa Central e o retorno à Europa no contexto de entrada na União Europeia	16
2.1. A Europa Central, como conceito, em breve contextualização histórica	16
2.2. A análise de discursos do nexu Eu/Outro	19
2.3. O retorno da Europa Central à pátria cultural e aos valores ocidentais	21
3. Nós, a civilização cristã; eles, a elite corrupta: euroceticismo, usos do Eu e do Outro na Polônia e na Hungria e a crise migratória de 2015...	28
3.1. Os tons da democracia cristã iliberal	30
3.2. A crise migratória e a interdição do Outro cultural	34
Conclusão	38
Referências bibliográficas:	41

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre os usos da identidade, do Eu e do Outro no discurso político da Europa Central, primeiro no contexto de aspiração e entrada dos países na União Europeia, depois da Polônia e da Hungria, no contexto mais recente de virada nacionalista e eurocética. Levando em conta que relações entre o Eu e o Outro devem ser entendidas como aspectos de ideias contingentes do Eu (Neumann, 1999), propõe-se observar, aqui, as formas pelas quais as práticas discursivas de política externa em questão buscam criar e estabelecer significados e fronteiras através de representações de identidades. A interpretação da política externa como uma prática discursiva implica em um entendimento da identidade e da política como ontologicamente interligadas, na medida em que é através da execução discursiva da política externa que identidades são produzidas e reproduzidas, ao mesmo tempo em que são constituídas como o que confere legitimidade a tais políticas. A linguagem, no entanto, e a construção de identidade, presentes nos discursos políticos, são inerentemente instáveis, e uma compreensão da identidade como algo produzido por processos de associação e diferenciação apontam para possibilidades de sua desestabilização (Hansen, 2006), como será evidenciado no decorrer desse trabalho.

A primeira seção abrange uma discussão teórica sobre identidades, discursos, sua relação co-constitutiva e o nexu Eu/Outro. Contextualizando brevemente a questão da identidade nas Relações Internacionais, passando pelo estudo de estruturas de significados presente em abordagens discursivas e pelas dicotomias binárias observadas em discursos, é apresentada uma concepção da identidade como o produto de práticas excludentes de demarcação de fronteiras e padrões de legitimidade. Levando em conta que a integração e a exclusão são dois lados de uma mesma moeda, segundo Neumann (1999), entende-se a formação e o estabelecimento da identidade centro-europeia como um processo que articula Outros fundamentais para a sua existência e funcionalidade, como a União Europeia e a Europa Ocidental. Nota-se que se trata de um entendimento que não permite a existência de identidades fixas e estáticas para além do discurso, na medida em que a identidade existe enquanto ela é rearticulada e não questionada por outros discursos, e dos discursos políticos em geral como dependentes de construções de subjetividades. Identidades e significados são constituídos e estabelecidos, assim, através da exclusão e do silenciamento de outras identidades, formas de ser, pensar e a agir.

Isto posto, é interessante notar as práticas discursivas dos países da Europa Central, composta pelos países do Grupo Visegrad – Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia – que buscaram estabelecer sua identidade no pós-Guerra Fria através de processos discursivos de associação à Europa Ocidental e ao Ocidente em geral, e de diferenciação em relação sobretudo ao Leste Europeu. Tais práticas são contempladas na segunda seção, que traz uma discussão acerca do (re)surgimento do conceito, bem como da região, da Europa Central após a dissolução da URSS. Parte do projeto de (re)construção da região e dos países por ela englobados após o colapso do regime comunista está a narrativa de “retorno à Europa” ou ao Ocidente em geral, após ter sido mantida numa espécie de cativeiro temporal e espacial por quase meio século pela influência soviética. Através de representações e articulações de identidades que constituem o Eu e o Outro, é possível observar as práticas discursivas de associação à Europa Ocidental e demarcação de fronteiras com o Leste, fazendo com que a Europa Central suba um degrau na hierarquia da europeização, mas mantendo-se, no entanto, em um meio-termo entre os dois extremos.

Na terceira seção é possível contemplar as reconfigurações e os ajustes narrativos nos discursos da Polônia e da Hungria, países atualmente marcados por governos populistas, nacionalistas e eurocéticos e amplamente expostos na cobertura midiática internacional. Ao analisar os momentos de surgimento e fortalecimento da extrema direita e da crise dos refugiados de 2015, expõe-se significativas mudanças observadas no discurso dos países que, nem duas décadas após retornarem ao seu legítimo lar europeu, afastam-se normativamente da Europa Ocidental e, mais especificamente, da União Europeia. A adoção de uma retórica iliberal, anti-imigração e nacionalista presente na atual narrativa dos dois países apontam para reajustes e instabilidades da identidade do Eu, do Outro europeu ocidental, bem como para o surgimento de um novo Outro fundamental que ameaça a existência da identidade Europa Central cristã – o imigrante muçulmano, no contexto da crise dos refugiados de 2015. Trata-se de discursos que contribuem para uma ruptura normativa da Europa Central com a UE e que confirmam a instabilidade e a contingência histórica da identidade da região, que é ao mesmo tempo constitutiva, e um produto, da prática discursiva da política externa.

Ao comparar entendimentos anteriores e atuais da Europa Central, da Europa Ocidental e da União Europeia – agora constituída como elite política liberal que busca privar seus Estados-membro de sua soberania e cultura – constata-se o rápido e óbvio

salto do eurocentrismo ao euroceticismo em menos de duas décadas. De acordo com uma abordagem discursiva pós-estruturalista, portanto, é possível perceber a relação co-constitutiva entre a política e representações de identidade, na medida em que construções de identidade sustentam e legitimam práticas políticas. Conclui-se a partir das exposições discursivas, por fim, que a partir de um entendimento da identidade como produzida por processos de associação e diferenciação, a estabilidade dos discursos pode ser constantemente perturbada e desconstruída (Hansen, 2006), de forma que o caso da Europa Central serve de perfeito exemplo para demonstrar a instabilidade e a fluidez da identidade nas Relações Internacionais.

1. Identidades, a dicotomia Eu/Outro nas Relações Internacionais e nos discursos de política externa, sua fluidez e instabilidade

As Relações Internacionais nos contam e nos fazem querer contar histórias sobre nós e sobre outros povos, países, regiões. Ao explorar os escritos, pesquisas e discursos da política global, uma das dimensões com a qual nos deparamos é a da perspectiva do Eu/Outro. Trata-se de uma dicotomia, segundo Neumann (1999), que permite um entendimento de identidades coletivas e que, portanto, muito convém ao estudar a região da Europa Central, suas negociações e articulações de identidade própria e daqueles que são constituídos como o Outro. O estudo acerca da formação de identidades coletivas, um de caráter multifacetado na disciplina das RI, tanto pode levar um entendimento específico do sistema internacional, como conferir um status ontológico aos atores da política mundial (Neumann, 1999). Considerando a política externa como prática discursiva, pode-se dizer que esta depende, bem como seus discursos, de representações e articulações de identidades, ao mesmo tempo em que suas formulações produzem e reproduzem identidades, sendo possível identificar uma relação co-constitutiva e uma conceitualização da identidade que, além de política e social, é também discursiva (Hansen, 2006).

A questão da identidade está significativamente presente no debate das Relações Internacionais, segundo Hansen (2006), desde sua concepção. Levando em conta, no entanto, que o homem Europeu e o Estado moderno nasceram praticamente ao mesmo tempo e cresceram juntos, e por conta da relevância das raízes culturais europeias para a

sociedade internacional que, por sua vez, é de grande importância para a política mundial, a concepção ocidental sobre identidade e formação de identidade é algo que exerce considerável influência na política mundial, a ponto de ser considerada como ‘natural’ (Neumann, 1999). No primeiro capítulo de *Uses of the Other*, Neumann discorre sobre a teorização acerca da formação de identidade na medida em que essa se deu através de quatro caminhos diferentes, dos quais apenas o primeiro e o último serão citados aqui.

O primeiro, o caminho etnográfico, foi percorrido por uma literatura que resgata a teoria de Durkheim da divisão social do trabalho e que considera a delimitação de um grupo a partir da sua demarcação de diversos Outros como uma parte contínua e essencial da formação de sua identidade. A criação de fronteiras é, assim, um pressuposto e não uma mera consequência da integração. Segundo o autor, já no período pós-guerra, foi a antropologia social que liderou uma gama de estudos sobre as relações Eu/Outro, nos quais os limites e fronteiras de grupos étnicos eram tidos como ponto de partida. O foco foi sendo deslocado para a noção de que grupos étnicos eram reproduzidos pela manutenção das fronteiras que os diferenciam de outros grupos, que por sua vez eram constituídos como Outros por não possuírem certos traços ou peculiaridades. Foi proposto, assim, o estudo do nexos Eu/Outro a partir do /Outro em diante e a forma com que este era mantido. Nessa lógica, levando em conta a ideia hegemônica de nação, pode-se dizer que a linguagem é de extrema importância e que a imaginação de cada nação tende a absorver nexos Eu/Outro envolvidos em imaginações de nações anteriores. A linguagem se torna, assim, um marco crucial da identidade nacional (Neumann, 1999), bem como da política externa como prática discursiva a partir de uma perspectiva pós-estrutural.

O quarto caminho, que Neumann chama de “excursão oriental”, teria começado um tanto na forma de incursões em territórios desconhecidos. Segundo o autor, trata-se de uma literatura que de certa forma está às margens da via principal e que trata o estrangeiro, o estranho, o sociologicamente marginal como uma peça central na formação de identidades coletivas na medida em que a sua presença traz à tona a questão sobre quem é o Eu e quem é o Outro. O Outro se torna, assim, um elemento do próprio grupo e, portanto, toma um caráter ambíguo. O Outro passar a possuir então um status de necessidade epistemológica e ontológica: sem ele o Eu não pode se conhecer ou conhecer o mundo, pois é através do encontro discursivos de consciências que significados são gerados (Neumann, 1999).

O estudo de estruturas de significados é algo básico em todas as abordagens discursivas, como coloca Milliken (1999), e os discursos como sistemas de significados operam de forma a construir coisas e sujeitos, como se fossem capacitações que diferenciam e identificam tais coisas e sujeitos, lhes atribuindo características e qualidades que são tomadas como certas. Salienta-se que os discursos não existem por si só, mas são estruturas que são atualizadas pelo seu uso regular, e o estudo acerca deles tem o potencial de analisar práticas de linguagem a fim de extrair estruturas de distinções e hierarquias que informam o conhecimento das pessoas sobre os objetos e sujeitos definidos pelos discursos em questão. Percebe-se, ainda, que discursos nunca constroem uma coisa só. Através de paralelos e contrastes implícitos ou explícitos, outras coisas serão rotuladas e imputadas de significados, de forma que construções discursivas definem um conjunto de objetos que são distinguíveis, mas relacionados entre si (Milliken, 1999). Nesse sentido, é pertinente notar as formas discursivas através das quais os Outros estão sendo não apenas diferenciados e distanciados, mas também aproximados, elucidando um duplo movimento, bem como uma ambiguidade em relação a eles – por exemplo, União Europeia e Leste Europeu.

Faz sentido mencionar a ideia de que se espera que discursos sejam estruturados em termos de oposições binárias, como moderno/tradicional, Ocidente/Oriente, que estabelecem relações de poder nas quais um dos elementos de tais binarismos é privilegiado em detrimento do outro (Milliken, 1999). Uma das preocupações, aqui, é evidenciar as formas pelas quais a exclusão e a integração se dão nos contextos analisados. Analisando nexos de Eu/Outro, busca-se a compreensão dos atores envolvidos, como eles foram constituídos, como se mantêm e sob que circunstâncias eles vêm a prosperar (Neumann, 1999). Busca-se, além disso, apresentar a ambiguidade e a natureza política de interpretações dominantes presentes nos discursos e dos próprios discursos, por exemplo a partir da comparação de discursos oficiais em diferentes contextos; bem como as relações de poder envolvidas em discursos dominantes, nas quais um passado comum é conservado artificialmente e a ordem é criada a partir de condições de desordem. Os discursos produzem públicos para seus atores autorizados, como também o senso comum destes em relação a diferentes fenômenos e como os *policymakers* devem agir em seu nome, frequentemente para proteger o Estado. Os discursos podem ser entendidos, então, como algo que opera de forma a definir e permitir, bem como silenciar e excluir, por exemplo, ao privilegiar e endossar um certo senso

comum e caracterizar outras formas de saber e pensar como inadequadas ou desqualificadas (Milliken, 1999).

É possível identificar a importância do encontro de civilizações para as Relações Internacionais ao interpretá-las como conjuntos de relações entre Eu/Outro. Relações desse nexo devem, no entanto, ser compreendidas como aspectos de noções historicamente contingentes do Eu, do tempo e espaço, de forma que há, por exemplo, diversos Lestes e Orientes pelo mundo, cada um com seu significado. A esfera internacional construída pelos representantes de Estados, segundo Neumann (1999), fez da política internacional o reino da diferença e da disputa de diferentes práticas e discursos, nas quais a identidade é articulada e fronteiras são produzidas e mantidas. A preocupação acerca de como essas fronteiras vem a existir e são sustentadas vem de uma preocupação sobre fronteiras sociais entre coletivos humanos e sua manutenção em geral. Nesse sentido, ao estudar nexos Eu/Outro na Europa Central, o objetivo é manter em mente o fato de que esses Estados estão ao mesmo tempo envolvidos no esforço de manter as suas identidades coletivas e outros tipos de coletivos humanos, como, no caso, a União Europeia. Esse duplo movimento é proveitoso no esforço de evidenciar o quão multifacetadas são as identidades coletivas (Neumann, 1999).

Como coloca Campbell (1992), não é bem possível entender as relações internacionais simplesmente como a existência de Estados atomizados que são estruturas monolíticas nas quais a identidade é assegurada como algo dado, anterior às relações externas. Nessa lógica, o entendimento da política externa passa de uma preocupação com as relações entre Estados que se dão através de fronteiras estabelecidas e ahistóricas para uma preocupação com o estabelecimento de fronteiras que constituem, concomitantemente, o Estado e o sistema internacional e a política externa passa a ser vista como um conjunto de práticas políticas que tornam externos certos atores e experiências através da imposição de interpretações. A constituição do externo ou do estrangeiro é, assim, possibilitada por conta de práticas que também constituem o doméstico, tornando a política externa algo que produz fronteiras, sendo parte de um processo multifacetado que disciplina o ser espacial e temporalmente, alocando-o dentro ou fora, constituindo o Eu e o Outro do Estado. Essas práticas, no entanto, não operam nos termos de uma sociedade doméstica que é dada, nem significam a existência de um espaço absoluto a partir do qual ameaças surgem. É possível, por fim, entender a política internacional como uma prática de inscrição do que é perigoso, de externalização de

perigos em geral, e de mobilização da população para conter tais perigos. Ainda segundo Campbell (1992), tais práticas que impõem fronteiras e estabelecem significados geralmente localizam os perigos e ameaças como algo que surge de outras sociedades domésticas.

Pode-se compreender, então, a identidade de um Estado como o resultado de práticas excludentes, que em última instância produzem fronteiras, demarcam espaços, incorporam padrões de legitimidade, privilegiam certas interpretações da história e marginalizam alternativas. A política externa passa a ser uma prática que produz fronteiras e que é central para a produção e reprodução da identidade em cujo nome ela opera. Nota-se que tais práticas não resultam em fronteiras e limites de identidade que são claramente demarcadas, mas dada a contingência da própria identidade que é articulada em nome do Estado, tais fronteiras são embaçadas, fluidas e múltiplas (Campbell, 1992). A identidade, no entanto, opera não apenas na constituição de relações interestatais, mas em qualquer decisão política relevante, e a interpretação e constituição da diferença não é algo confinado à política externa. A política externa é mais uma forma de política, e a importância das identidades é algo também relevante em debates de política mais amplos (Hansen, 2006).

Não obstante, trata-se, aqui, da importância da identidade para a política externa de um Estado. A política externa como prática discursiva depende de representações de identidades, mas é também a partir de formulações de política externa que identidades são produzidas e reproduzidas. Ao explorar tal importância, nos debruçamos sobre a relação co-constitutiva entre representações de identidade e políticas externas, na medida em que essas precisam de uma história e de considerações acerca dos problemas que tratam. Da mesma forma que não há entendimento sobre políticas de desenvolvimento sem a descrição daqueles que são subdesenvolvidos, suas diferenças em relação ao Ocidente desenvolvido e as formas com que eles podem transformar suas identidades (Hansen, 2006), não há um entendimento sobre a Europa ocidental sem uma descrição de outras regiões como o Leste Europeu e a Europa Central e suas diferenças em relação a ela. Políticas externas se tornam legítimas justamente através de referências a identidades, ao mesmo tempo em que identidades são constituídas e reproduzidas através de formulações de política externa. As políticas precisam, assim, de identidades, porém nota-se que identidades não existem como considerações fixas e objetivas de como populações e lugares realmente são, mas como algo continuamente reformulado e renegociado. É

exatamente essa relação constitutiva a que se trata, pois tanto a identidade quanto a política são constituídas através de um constante processo de ajuste narrativo (Hansen, 2006).

Segundo Hansen (2006), debates acerca da imigração e do multiculturalismo na Europa, por exemplo, não consideram apenas quantas pessoas podem ou não entrar nos países da União Europeia, mas a própria identidade da ‘Europa’ e o que se constitui como estrangeiro. A política da identidade fala, assim, da conexão entre o entendimento do Eu e a construção do Outro, que toma, frequentemente, a forma do Oriente, do Leste, do oriental, do russo – espelhado no Eu, mas não idêntico, essencialmente diferente. Os discursos de política externa possuem, então, de acordo com Hansen (2006), um caráter essencialmente social, na medida em que os *policymakers* mobilizam tanto o público geral quanto a oposição política numa tentativa de institucionalizar seus entendimentos das identidades articuladas, dependendo assim de representações diversas. Tratando do aspecto discursivo e político da identidade, e da política externa como dependente desta, argumenta-se que não existem identidades objetivas e estáticas numa esfera para além da discursiva, de forma que a identidade existe apenas enquanto ela é continuamente rearticulada e irrefutada por outros discursos. Essa conceitualização relacional faz da identidade algo dado em referência ao que ela não é: fala-se do europeu em relação e constituindo o não-europeu, ou não-tão-europeu-assim. Entender a identidade como discursiva, política, relacional e social implica num entendimento do discurso da política externa como algo que sempre articula um Eu e uma série de Outros que são diferentes, porém nem sempre radicalmente diferentes (Hansen, 2006), como é o caso da Europa Central. Além disso, ainda segundo Hansen (2006), construções de identidades políticas e geográficas são geralmente articuladas com uma certa temporalidade, através de temas como progresso, transformação, atraso ou desenvolvimento, por meio dos quais os oficiais de política externa se colocam como autoridade para falar sobre.

Abordar identidade e política externa significa abordar, então, a preocupação com a maneira pelas quais os Estados entendem e respondem ao mundo. O estudo acerca de discursos, nesse sentido, é pertinente na medida em que se leva em conta um entendimento da linguagem como constitutiva do que se é trazido à luz, como um sistema instável de sinais que gera significados através de construções de identidade e diferença. Esse entendimento implica numa concepção de discursos políticos como algo que depende de construções específicas de problemas e subjetividades, que, por sua vez, são

simultaneamente construídos através dos discursos (Hansen, 2006). Para o pós-estruturalismo, é apenas por meio da linguagem que objetos, sujeitos, Estados e estruturas materiais ganham significado e são providos de uma identidade, de forma que a linguagem consiste num campo de prática política e social. Uma compreensão da linguagem como política envolve compreendê-la como algo que produz e reproduz certas subjetividades e identidades ao mesmo tempo em que outras são excluídas, fazendo com que significados sejam estabelecidos através de uma série de justaposições que valorizam um elemento em detrimento do outro (Hansen, 2006). É possível, assim, identificar processos de associação e de diferenciação na estrutura da linguagem, o que a torna inerentemente instável, na medida em que um termo privilegiado num discurso pode ser construído como negativo em outro. Essa natureza ambígua da linguagem salienta a importância da produção e reprodução política de discursos e das identidades construídas através deles. Definir a política externa como prática discursiva implica, portanto, numa conexão ontológica entre política e identidade, tendo em vista que é apenas através do ato discursivo da política externa que a identidade é produzida e reproduzida, ao mesmo tempo em que ela é construída como algo que legitima a política proposta, sendo assim ao mesmo tempo seu fundamento e produto (Hansen, 2006).

Nota-se que a abordagem discursiva não separa, em termos pós-estruturais, as ideias da materialidade, na medida em que uma não existe significativamente sem a outra. Dessa forma, o foco no discurso não ignora completamente fatos materiais, mas sim analisa a produção e o privilégio destes (Hansen, 2006). Os discursos dos países da Europa Central acerca dessa região e da União Europeia podem, assim, ser situados tanto num discurso mais abstrato pró-Occidente quanto num discurso mais local e específico, possuindo duas dimensões. ‘União Europeia’, ‘Europa Central’ e ‘Leste Europeu’ se tornam, dessa forma, categorias de representação que dependem não apenas de fatos, mas de um conjunto mais amplo de discursos acerca destes e, nota-se, nenhuma representação é neutra (Campbell, 1992). Nesse sentido, a estratégia da análise de discursos incorpora tanto fatores materiais quanto as ideias, sem privilegiar um sobre o outro, buscando entender como ambos são construídos através de discursos que atribuem sentido à materialidade ao utilizar certo conjunto de construções de identidade (Hansen, 2006).

Hansen (2006) coloca que uma das consequências epistemológicas da adoção de uma concepção da identidade tanto como pré-condição quanto algo constituído através da política externa é justamente o comprometimento com a construção discursiva da

identidade como algo concomitantemente constitutivo e produto da política externa. Coerente, então, com o foco ontológico da linguagem, é o foco epistemológico em como identidades e políticas são articuladas pelas entidades fortemente verbais que são os Estados em questão. A adoção dessa epistemologia discursiva torna uma identidade fixa e pré-social inviável, posto que as identidades precisam ser articuladas através da agência política e são construídas através de processos de associação e diferenciação (Hansen, 2006). A identidade europeia, por exemplo, é construída como uma identidade privilegiada, cujo semblante todos os países do continente deveriam ir ao encaixe. É articulada, assim, uma relação de identidade entre os Estados europeus através do nível de seu europeísmo ou ‘potencial europeu’, e situa-se essa identidade numa construção temporal e espacial de diferença (Hansen, 2006) na medida em que nem todos os Estados são europeus o suficiente para entrar no clube da União Europeia.

Levando em conta que o objetivo dos *policymakers*, ou dos atores em geral envolvidos na formulação de política externa, é apresentar uma política legítima e factível para seu público geral, pode-se dizer que no cerne de sua concepção está a construção de um elo entre a política e identidade, fazendo com que a primeira seja consistente com a segunda (Hansen, 2006). Tendo isso em consideração, compreende-se como razoável a articulação de uma identidade histórica europeia por parte dos países da Europa Central no contexto de sua adesão à União Europeia, tanto destinada ao público geral como aos países da entidade, como ficará mais claro nas seções seguintes. A política externa, contudo, é formulada num espaço político e social, o que significa que a estabilidade interna de uma construção de política e identidade não pode ser determinada separadamente do contexto político e social mais amplo na qual ela está inserida. A análise de discurso politicamente contextualizada, portanto, combina a análise de como discursos buscam criar estabilidade com a análise de como essas construções estão sendo recebidas nos âmbitos público e político. Nesse sentido, associações entre política e identidade estáveis são construídas através e em resposta a práticas discursivas que variam e dependem da agência humana, e são confrontadas por constrangimentos externos ou contestações que engajem com as construções já existentes de outra maneira, assim reforçando e por vezes modificando a identidade a que se trata (Hansen, 2006).

Quanto aos constrangimentos externos à política externa, segundo Hansen (2006), os *policymakers* enfrentam uma série de limitações quanto à quais políticas podem ser promovidas e assim à quais representações de identidade podem ser articuladas. Tais

constrangimentos podem ser originados a partir de pressões institucionais e experiências de derrota, por exemplo, mas trata-se de fatores materiais produzidos ou já incorporados em outros discursos. Com o objetivo de explorar a formação de fatos, bem como seu impacto em debates de política externa, cabe questionar como fatos são vinculados a representações de identidade e a certas políticas. Tendo isso em mente, talvez seja possível compreender a articulação da identidade centro-europeia em alinhamento à identidade europeia ocidental e em contraste com o Leste Europeu e a Rússia, sobretudo num contexto pós guerra fria e dissolução da URSS.

Se certas construções de identidade sustentam e legitimam políticas, cabe enfatizar a complexidade empírica desses processos, bem como olhar não apenas para a construção de um Eu doméstico e um Outro radicalmente diferente, mas em graus de diferença e alteridade (Hansen, 2006). Essa perspectiva se encaixa perfeitamente no caso da Europa Central, cujo surgimento do conceito remete à ideia de criação ou estabelecimento de tons e nuances de europeísmo – o Ocidente como linha de chegada, o Leste como algo a se distanciar, o próprio 'Central' servindo, aqui, mais do que geograficamente, quase como um meio termo entre esses dois extremos. Pensando, ainda, no conceito de Europa Central, nota-se mais uma vez, segundo Hansen (2006), que representações na política externa frequentemente envolvem conjuntos de identidades espaciais que recorrem a construções regionais em geral, e identidades temporais, baseadas em temas como desenvolvimento, construindo o Outro como algo que temporalmente avança em direção ao Eu ocidental.

2. Nós, os civilizados; eles, os selvagens: a Europa Central e o retorno à Europa no contexto de entrada na União Europeia

“I'm delighted to be here in Eastern, I mean Central Europe.”

Henry Kissinger em Varsóvia, 1990.

2.1. A Europa Central, como conceito, em breve contextualização histórica

O conceito de Europa Central tomou a forma de um apelo da Guerra Fria nos anos 90, segundo Neumann (1999), contribuindo para impulsionar os Estados da região para a frente da fila dos candidatos à União Europeia. Tratando-se de um termo de diversas

disputas, de acordo com o autor, havia nos anos 50, um debate sobre a existência de uma identidade supranacional da região e a quem ela pertencia. Quarenta anos depois, com o fim do regime comunista, o discurso sobre a Europa Central já havia se tornado parte do repertório oficial da política externa não só da região, mas do discurso europeu e ocidental em geral, principalmente em relação ao alargamento da União Europeia e da OTAN. No presente estudo sobre a Europa Central e seus discursos, leva-se em conta que seu conceito não é meramente técnico, mas um com bagagem política e histórica. O projeto de construção ou reconstrução da região, bem como os projetos de nação dos países que a constituem, são instâncias de política de identidade, o que significa a existência tanto de aspectos unificantes quanto divisivos. A questão central é, portanto, como a diferenciação é produzida para a afirmação do Eu centro-europeu (Neumann, 1999).

Há diversas representações de identidade nos discursos da Europa Central utilizadas a fim de fabricar um Eu centro-europeu que deve muito de seu sucesso político à sua diferenciação com representações europeias em geral acerca da Rússia. A ordem pós-Segunda Guerra ditou uma única e estrita dicotomia aceita implicitamente pelo Ocidente, que, muito bem auxiliado geograficamente pela cortina de ferro, passou a classificar como Leste Europeu todas as partes do Centro, Centro-Leste e Sudeste da Europa que depois de 1945 ficaram sob a influência da União Soviética. Nesse contexto, o termo 'Europa Central' era utilizado por intelectuais húngaros e tchecos como um termo cultural, lembrando outras possibilidades de se mapear o mundo dentro do discurso geral da Guerra Fria e sua divisão dicotômica da Europa (Neumann, 2000). Na década de 80, foi reiniciada a discussão sobre a Europa Central por autores da região como Milan Kundera e seu famoso *The Tragedy of Central Europe*. Havia um sentido básico no qual o termo era conveniente, bem como uma motivação vantajosa para que esses textos fossem frequentemente disponibilizados em inglês e outros idiomas europeus. O termo cumpria o propósito, em grande parte, de lembrar a mídia e o público geral ocidental de que Praga, Budapeste e até Berlim Oriental não estavam exatamente na mesma posição que Moscou e Kiev (Ash, 1986). Nos anos 90, o conceito de Europa Central já havia sido incorporado na linguagem política corrente, sendo adotado por políticos ocidentais, categorizando comunidades que possuíam alguma semelhança. Pode-se entender, assim, o ressurgimento do debate sobre a Europa Central, bem como a sua gradual (re)construção de identidade, como algo que oferece mais uma camada de identidade europeia, uma que é superior em relação à do Leste, possibilitando uma saída da homogeneização comunista

reducionista, além de constituir uma maneira de “re-europeizar” a região, recuperando assim os valores, ideais, aspirações, soluções e práticas que foram eliminadas pelo regime comunista (Neumann, 1999), e adicionando um degrau na hierarquia europeia – acima do Leste, mas ainda abaixo da Europa Ocidental.

Segundo Neumann (1999), a identidade de um grupo não é concebível sem um Outro através do qual ele pode se diferenciar, o que torna a maneira pela qual a diferenciação é feita um fator fundamental. Nessa lógica, um dos principais temas da estrutura em que se dá a diferenciação, expressado através do discurso, é o do progresso humano em direção à liberdade. É como se a história estivesse impulsionando a Europa Ocidental em direção a um futuro próspero no qual a Europa Central possui presença legítima (Neumann, 1999), afastando-a do passado comunista. A fim de serem convincentes, no entanto, representações acerca da Europa Central precisavam estar em concordância com representações mais amplas tanto da Europa quanto da Rússia. Por fazer parte da extrema periferia do continente e por ser, por isso, difícil de se representar como geograficamente central, sua centralidade deveria, como foi, ser afirmada em outro domínio, como o cultural. As palavras de Milan Kundera (1980) muito bem ilustram essa tentativa de afirmação:

“Como um conceito da história cultural, o Leste Europeu é a Rússia, com sua história um tanto específica, ancorada no mundo Bizantino. A Boêmia, Polônia, Hungria, assim como a Áustria, nunca foram parte do Leste Europeu. Desde o começo esses Estados fizeram parte da grande aventura da civilização ocidental, com o seu gótico, o seu renascimento, a sua reforma – um movimento que possui seu berço justamente nessa região. Foi aqui, na Europa Central, que a cultura moderna encontrou seus maiores impulsos: a psicanálise, o estruturalismo, a dodecafonía, a música de Bartók, a nova estética de romance de Kafka e Musil. A anexação pós-guerra da Europa Central (ou sua maior parte) pela civilização russa fez com que a cultura ocidental perdesse o seu centro de gravidade vital.”¹ (apud Neumann, 1999, tradução nossa).

A ideia de que a Europa Ocidental estava fora de si enquanto a Europa Central permanecia sob influência soviética revela uma percepção da Europa como uma pátria cultural comum, que apesar de sua divisão política, possui laços indestrutíveis até pela complexidade da Guerra Fria. Ainda segundo Neumann (1999), nota-se que a

¹ “As a concept of cultural history, Eastern Europe is Russia, with its quite specific history anchored in the Byzantine world. Bohemia, Poland, Hungary, just like Austria, have never been part of Eastern Europe. From the very beginning they have taken part in the great adventure of Western civilization, with its Gothic, its Renaissance, its Reformation—a movement which has its cradle precisely in this region. It was here, in Central Europe, that modern culture found its greatest impulse: psychoanalysis, structuralism, dodecaphony, Bartok's music, Kafka's and Musil's new esthetics of the novel. The postwar annexation of Central Europe (or at least its major part) by Russian civilization caused Western culture to lose its vital center of gravity.”

controvérsia não é muito sobre o Outro europeu ocidental, que é ambíguo e que ao mesmo tempo serve como Eu, mas mais sobre o Outro ao Leste. Não se trata, ainda, de considerações morais acerca da Rússia como entidade política soviética, vista quase que universalmente como moralmente inferior à Europa Central e Ocidental, mas sobre o confinamento do Outro no tempo, no antigo regime comunista. Após a década de 90, a Europa Central se auto-representava, dessa forma, não apenas diferente da Rússia, mas de todo o Leste Europeu, e assim foi reconhecida pela Europa Ocidental.

Com o colapso da URSS em 1991 foi iniciada uma transição de regime, na qual políticos não comunistas foram rapidamente eleitos. No mesmo ano foi inaugurado o grupo de Viségrad, composto pela Polônia, Hungria, República Tcheca e Eslováquia (na época ainda Checoslováquia), aliança diplomática incumbida de institucionalizar a política de identidade da Europa Central e que visava reforçar a cooperação centro-europeia. A cooperação entre os V4 (à época V3) em última instância foi acelerada pela inclinação da União Europeia a considerar a candidatura das então três novas democracias ao tratá-las como uma unidade. Em nome de semelhanças históricas e culturais, o projeto da Europa Central, agora institucionalizado, continuou a operar como um de caráter político, como um apelo moral por parte dos países pós-comunistas e como uma tentativa, bem-sucedida, de reaproximação da Europa Ocidental. Segundo Neumann (1999), as dinâmicas do projeto desde o começo estiveram situadas na conexão entre a região e seus Outros externos, sendo constituído assim pela diferenciação da Europa Central, através do discurso, das bestas do Leste, sobretudo da Rússia selvagem.

2.2. A análise de discursos do nexu Eu/Outro

Segundo Milliken (1999), a importância do estudo de discursos se dá por conta de algumas afirmações teóricas. A primeira é a afirmação de discursos como sistemas de significados que constroem realidades sociais nas quais objetos ou sujeitos são postos num sistema de sinais e linguagem em que são distinguidos entre si. Nesse sentido, considera-se que os discursos sejam constituídos por oposições binárias, como Ocidente/Oriente, civilizado/selvagem, que estabelecem relações de poder ao privilegiar um dos elementos sobre o outro, de forma que a diferenciação é frequentemente realizada em termos que afirmam uma superioridade moral (Neumann, 1999). O segundo compromisso teórico é sobre o discurso como algo produtivo ou reprodutivo das coisas definidas por ele, no sentido de que eles legitimam certas maneiras de ser, estar e agir no

mundo, além de operacionalizar um ‘regime de verdades’ específico, ao mesmo tempo em que exclui outras formas de ser, pensar e agir. Os discursos definem também aqueles sujeitos que são autorizados a falar e a agir, assim como públicos para atores autorizados e seu senso comum em relação a diferentes fenômenos. Trata-se de um processo no qual algumas pessoas podem vir a ser constituídas, destituídas e disciplinadas, operando de forma a definir e permitir certas formas de saber, pensar e ser ao mesmo tempo em que exclui e silencia outras. O terceiro compromisso teórico é com o fato de que todos os discursos são instáveis e requerem a articulação e rearticulação de conhecimentos e identidades, sendo assim mutáveis e historicamente contingentes. Por fim, a quarta afirmação teórica diz respeito aos discursos hegemônicos e dominantes, suas formas de estruturar significados e sua conexão à implementação de práticas e às formas de legitimação destas. Nesse sentido, a preocupação com a prática discursiva é central, na medida em que ela agrupa os esforços para estabilizar e fixar significados dominantes (Milliken, 1999).

É importante ter em mente que um discurso nunca constrói um só sujeito ou objeto. Implícita ou explicitamente, através de paralelos, contrastes e predicados, estabelece-se e rotula-se Outros, definindo assim conjuntos de sujeitos e objetos que são diferentes, mas relacionados entre si (Milliken, 1999). Isso é facilmente observado nos discursos da Europa Central, uma vez que estes expressam a tentativa de construir e manter um distanciamento com o Leste Europeu ao mesmo tempo em que se relaciona com ele histórica, política e geograficamente. Já em relação à Europa Ocidental, que em algum momento da história esteve distante, sua inquestionável proximidade por laços históricos, culturais e até religiosos é frequentemente ressaltada. Além da identificação de conjuntos de sujeitos e objetos, o estudo do discurso permite a comparação desses conjuntos a fim de revelar a estrutura frequentemente hierárquica que opera de forma a definir certas identidades. De acordo com Neumann (1999), pode-se, ainda, compreender a forma com que os atores envolvidos foram constituídos, como se mantêm e como vêm a ser bem sucedidos.

Isto posto, nota-se por fim que a adoção de uma epistemologia discursiva torna inviável a ideia de uma identidade pré-social, fixa e ahistórica (Hansen, 2006), e considera-se o Eu coletivo como algo implícito em certas representações políticas – como representações do que constitui um Estado ou uma nação – que ele mesmo tentará transformar nas bases para sua institucionalização ao participar, por exemplo, de uma

cooperação política (Neumann, 1999). A partir de um entendimento da identidade como produzida e reproduzida através de processos discursivos de associação e diferenciação, pretende-se expor a construção política da identidade da Europa Central, bem como a tentativa de institucionalização desta, presente em discursos oficiais contextualizados que utilizam diversas representações na associação da região à Europa Ocidental por um lado e diferenciação do Leste Europeu e da Rússia por outro.

2.3. O retorno da Europa Central à pátria cultural e aos valores ocidentais

A cooperação entre os países do grupo Viségrad, iniciada em 1991, em um contexto de transformações significativas e similares entre eles, tinha intenções parecidas com as norte-americanas no Plano Marshall: estabilizar a região, promover normas e valores democráticos, financiar o desenvolvimento econômico e eliminar os resíduos soviéticos. A própria declaração fundadora do grupo deixa isso claro, ao destacar como seus objetivos etapas básicas de democratização:

“Restituição total da independência estatal, democracia e liberdade; eliminação de todos os aspectos sociais, econômicos e espirituais do sistema totalitário; construção de uma democracia parlamentar, um Estado de Direito moderno, respeito pelos direitos e liberdades humanas; criação de uma economia de livre mercado moderna; envolvimento total no sistema político e econômico europeu, assim como o sistema de segurança e legislação.”² (Visegrad, 1991, tradução nossa)

O principal objetivo dos países envolvidos era, no entanto, ingressar na União Europeia, explícito no emprego tanto de elementos históricos como de normas ocidentais, por exemplo ao afirmar que “As diversas e ricas culturas dessas nações (...) encarnam os valores fundamentais das conquistas do pensamento europeu.”; que “Na Europa unificada, à qual os três países desejam contribuir ativamente, é possível manter a cultura e características nacionais enquanto se desempenha totalmente o sistema universal de valores humanos.”; e que “A consideração dos direitos humanos universais como o elemento mais importante da herança europeia e das próprias identidades nacionais serve como base para desenvolver uma sociedade de pessoas cooperando entre si de forma

² “full restitution of state independence, democracy and freedom, elimination of all existing social, economic and spiritual aspects of the totalitarian system, construction of a parliamentary democracy, a modern State of Law, respect for human rights and freedoms, creation of a modern free market economy, full involvement in the European political and economic system, as well as the system of security and legislation.”

harmoniosa (...).”³ (Visegrad, 1991, tradução nossa). Discursos sobre o retorno à Europa ou ao Ocidente como os da Europa Central mostram como o Eu pode ser construído através de uma identidade articulada tanto superior quanto idêntica a ele. O discurso político dos países em questão incorporava a construção de uma Europa superior, ao mesmo tempo em que apontava para diversos fatos que provavam o europeísmo de tais países, tornando-os idênticos, porém temporalmente separados da Europa.

Em 2004, ano em que se tornaram membros da União Europeia, a declaração conjunta dos V4 prossegue a incorporar elementos que remetem a valores euro-atlânticos e a mobilizar a história a seu favor. O grupo considerou a adesão à UE, bem como à OTAN, como “(...) um passo significativo em direção à reunificação da Europa e um marco histórico em seus caminhos para a transformação democrática, aos esforços de integração e à cooperação mútua.” Colocam-se, ainda, à disposição para “(...) auxiliar países que aspiram a filiação à UE, compartilhando e transmitindo seu conhecimento e experiência.”, utilizando sua “(...) experiência histórica e regional e contribuindo para a formação e implementação das políticas da UE nos países do Leste e Sudeste Europeu.”⁴ (Visegrad, 2004, tradução nossa). Ao colocaram-se à tal disposição, observa-se uma articulação de diferenciação fundamental com o Leste Europeu, colocando-se na posição de poder ajudá-lo a alcançar o progresso em direção à Europa Ocidental, constituindo-se assim como uma identidade superior o bastante para fazê-lo. Trata-se de uma “(...) oportunidade de construir juntos uma Europa comum (...)”, de um “(...) ato de solidariedade que ajuda os membros mais pobres e mais fracos da família a compensar atrasos”⁵ (Kwasniewski, 2003, tradução nossa). A Europa Central toma para si a tarefa de “(...) ajudar os países da região (...) a obterem sucesso na transformação democrática

³ “The diverse and rich cultures of these nations also embody the fundamental values of the achievements of European thought. (...) In unified Europe, to which the three countries wish to actively contribute, it is possible to maintain culture and national character while fully realizing the universal system of human values. (...) Drawing on universal human values as the most important element of the European heritage and own national identities should serve as the basis for developing a society of people cooperating with each other in a harmonious way (...)”

⁴ “The Visegrad Group countries regard their accession to the European Union and NATO as a significant step towards the reunification of Europe and as a historic milestone on the path of their democratic transformation, integration efforts and mutual cooperation. (...) They are ready to assist countries aspiring for EU membership by sharing and transmitting their knowledge and experience. The Visegrad Group countries are also ready to use their unique regional and historical experience and to contribute to shaping and implementing the European Union’s policies towards the countries of Eastern and Southeastern Europe.”

⁵ “At last we have an opportunity to build together a common Europe which is safe, developing, modern and faithful to its historical roots; and which in an act of solidarity helps poorer and weaker members of the family to make up for delays.”

de suas sociedades e na reorganização de suas economias”, “(...) permitindo que eles alcancem o resto da sociedade (...)”⁶ (2003, tradução nossa). Valendo-se mais uma vez da temporalidade, constitui-se a Europa Central como uma região avançada o suficiente em termos de democracia e desenvolvimento econômico em relação ao Leste Europeu, o bastante para poder auxiliá-lo a obter o mesmo sucesso. Nota-se, no entanto, que ao mesmo tempo em que a Europa Central é construída como uma região que também pertenceu ao bloco comunista e tem sua independência como evidência de seu legítimo retorno à Europa, ela também é constituída como algo tão próximo do Leste Europeu, seu Outro ambíguo, que pode desempenhar um papel de ponte entre este e a Europa Ocidental (Hansen, 2006).

É possível encontrar elementos que remetem a valores democráticos e ocidentais e à temporalidade destes, bem como ao merecimento dos países em relação ao ingresso na UE, nos discursos oficiais dos então presidentes e primeiros-ministros da região. No imediato pós-Guerra Fria e dissolução da URSS, Jozsef Antall, o primeiro primeiro-ministro democraticamente eleito da Hungria, afirmou que a “(...) proteção dos direitos humanos e direitos fundamentais da liberdade (...)” estavam entre “(...) as prioridades da política externa húngara (...)”⁷ e que seu país gozava de uma democracia parlamentar “(...) totalmente compatível com os sistemas políticos democráticos europeu e norte-americano”⁸ (1991, tradução nossa). Dessa forma, com o fim do regime comunista, “(...) as nações escravizadas (...)”⁹ pela influência soviética puderam finalmente ver “(...) sonhos e aspirações (...)”¹⁰ da transição democrática se tornarem realidade, não deixando de enfatizar “(...) as diferenças (...) na mentalidade das civilizações europeia e orientais (...)”¹¹ (Antall, 1993, tradução nossa). Aleksander Kwasniewski, presidente da Polônia em 2003, se referiu à entrada na União Europeia como algo que “(...) realiza os sonhos de gerações – sobre liberdade, soberania, fronteiras abertas e desenvolvimento conjunto

⁶ “Our task is to help the countries of the region, through our experience and with all the means at our disposal, to succeed in the democratic transformation of their societies and the reorganisation of their economies (...) enabling them to catch up with the rest of society (...)”

⁷ “The international protection of human rights and fundamental rights of freedom are accordingly among the priorities of Hungarian foreign policy (...)”

⁸ “Today Hungary enjoys a parliamentary democracy with a multi-party system, which is fully compatible with the European and North American democratic political systems. “

⁹ “The world was waiting for the fall of international communism and the disintegration of the Soviet Union for decades, and people prayed for us, the enslaved nations, and kept alive memories of us.”

¹⁰ “Today, when empires no longer exist in our region, the dreams and aspirations people have been nursing for centuries have come to the surface (...)”

¹¹ “We must study the reasons behind the differences in the philosophy and the mentality of European and Eastern civilisations (...)”

e pacífico”¹² (tradução nossa), assegurando a crença em uma “(...) Europa unificada rica em sua diversidade (...)” e em uma “(...) comunidade guiada pela solidariedade (...)”¹³ (Kwasniewski, 2003, tradução nossa). Em seu discurso de ano novo em 2004, desejou boas entradas à nação “(...) pela primeira vez (...) numa Europa unida.”. Tendo “(...) passado bem em seu teste histórico” e “(...) provado que são uma nação excepcional (...)”, “o desejo da nação tinha se tornado realidade” e a Polônia estava “(...) corajosamente indo em direção ao futuro”, “(...) seguindo o caminho do diálogo e da cooperação.”¹⁴ (Kwasniewski, 2004, tradução nossa). Para o então primeiro-ministro húngaro, Péter Medgyessy, a entrada na União Europeia representava “(...) a ponte que leva a nossa história nacional em direção a um futuro europeu”¹⁵, abandonando o isolamento “(...) numa espécie de terra de ninguém (...)” e juntando-se ao “(...) campo dos vitoriosos”¹⁶. (Medgyessy, 2003, tradução nossa). O presidente da Eslováquia à época, Ivan Gasparovic, considerou sua entrada na União Europeia como uma “(...) valorização de sua aptidão para ser um parceiro apropriado e de confiança, capaz de (...) cumprir suas obrigações e (...) exercitar seus direitos ao máximo.”. O presidente reconheceu a natureza complexa da União Europeia, que de qualquer forma “(...) possui um futuro promissor”, não deixando “(...) submeter-se ao pessimismo”¹⁷ (2004, tradução nossa). Gasparovic declarou-se “(...) em favor de uma economia de mercado, mas não de uma sociedade de mercado”, que por sua vez deve ser “(...) formada pela forma europeia de moralidade e responsabilidade que se desenvolveu ao longo dos séculos”. “A propósito”, ele disse, “se observássemos os dez mandamentos (da União Europeia), o mundo seria um lugar melhor e mais bonito”¹⁸ (Gasparovic, 2004, tradução nossa). Pode-se notar uma clara associação

¹² “We have made a decision that fulfills dreams of generations – about freedom, sovereignty, open borders and joint, peaceful development.”

¹³ “I wish to assure them that Poland believes – that we believe – in the united Europe rich in its diversity; we believe in the community guided by solidarity (...).”

¹⁴ “It is for the first time, however, that we meet in a united Europe. (...) Poland has passed its historic test well. The Poles have proven that they are a remarkable nation. (...) The Republic of Poland is boldly heading into the future. (...) The nation’s wish had come true. Along with our friends, we are building the future of our continent, following the path of dialogue and cooperation.”

¹⁵ “(...) today our task is to cross the bridge that leads our national history towards a European future.”

¹⁶ “The choice is a simple one: either we remain isolated in a type of no-man's land or we join the victors' camp.”

¹⁷ “This is an appreciation of our preparedness to be a fitting and reliable partner, able to take his place, fulfil his obligations, and also, and this I emphasize, to exercise his rights to the full. (...) We acceded to the European Union with the knowledge that this is not a perfect organization. (...) Despite these questions, the European Union has a promising future. (...) But we should not submit to pessimism.”

¹⁸ “(...) I am in favor of a market-oriented economy, but not however of a market society. (...) This can only be shaped by the European form of morality and responsibility that has developed over the centuries. Incidentally, if we had observed the Ten Commandments the world would be a better and more beautiful place.”

da União Europeia com o futuro, no sentido de que esses países estavam, após terem se provado bons o suficiente em critérios europeus, finalmente tirando o atraso do regime comunista e indo em direção ao progresso. Percebe-se, além disso, uma glorificação da moralidade europeia que deve estruturar – ou reestruturar – a sociedades pós-comunistas, invocando valores como “(...) cristandade, padrões europeus, pensamento liberal e sensibilidade social (...)”¹⁹ (Antall, 1991, tradução nossa).

Péter Medgyessy, o então primeiro-ministro da Hungria, afirmou que na forma de um “(...) Estado democrático baseado na lei e com uma economia competitiva de mercado”, “uma moderna República da Hungria com certeza retomará o seu lugar na Europa (...)”²⁰ à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa em outubro de 2003 (tradução nossa). Não seria de se admirar o ingresso do país na União Europeia, “graças à sua diligência, competitividade e aos valores europeus que ele consistentemente abraçou (...) frequentemente estando entre as nações mais progressivas do continente”, e dado que “a terceira República da Hungria que emergiu imediatamente após a transição de regime definitivamente se comprometeu à democracia, à economia de mercado e ao estado de direito”, conseguindo, mesmo no contexto da Guerra Fria, “(...) fazer-se ouvir (...) em favor da Europa e dos direitos humanos”²¹, que inclusive são “(...) o fundamento das atividades do governo húngaro”²² (Medgyessy, 2003, tradução nossa). A mobilização de fatores que remetem à democracia e aos valores euro-atlânticos se faz clara na tentativa de convencer a aptidão do país em questão a fazer parte da União Europeia, entidade máxima de tais normas e valores. Medgyessy confirma isso ao concluir que “precisamos de uma Europa que pode ser bem-sucedida ao representar seus valores sólidos no mundo”, que possa oferecer “(...) ideais aos quais as pessoas podem aspirar.”²³ (2003, tradução nossa),

¹⁹ “Such values as Christianity, European standards, liberal thinking and social sensitivity are indeed integrative, rather than mutually exclusive, values.”

²⁰ “I am representing a country which (...) is now a democratic law-based state with a competitive market economy. A modern Republic of Hungary will be definitively resuming its place in Europe next spring.”

²¹ “Thanks to its diligence, competitiveness and the European values which it has consistently embraced, Hungary has often been among the most progressive nations on our continent. (...) The third Republic of Hungary that emerged immediately after the change of regime definitively committed itself to democracy, the market economy and the rule of law. Even during the cold war our country managed to make itself heard on two occasions in favour of Europe and human rights.”

²² “Human rights are the foundation of the Hungarian Government’s activities.”

²³ “Honourable Assembly, we all need Europe. We need a Europe that can successfully represent its solid values in the world. (...) We must also provide opportunities for learning, employment, participation in public life, and offer ideals to which people can aspire.”

Vaclav Klaus, antigo presidente da República Tcheca, na véspera da entrada na UE comemorou com seus cidadãos “(...) um dos eventos mais importantes da história do Estado checo”. Relembrou do slogan de “de volta à Europa” inaugurado em 1989, “(...) que se tornou um dos símbolos mais importantes do futuro desenvolvimento”²⁴ (Klaus, 2004, tradução nossa) da República Tcheca. Com a máxima de retorno à Europa, fazia-se alusão ao

“(...) fim do desrespeito aos valores básicos dos sistemas políticos e econômicos que estão funcionando com sucesso ao Ocidente; do não envolvimento nas atividades das instituições europeias que foram fundadas durante a nossa ausência do desenvolvimento democrático da parte livre do continente europeu entre fevereiro de 1948 e 1989 e que formou a Europa de hoje”²⁵ (Klaus, 2004, tradução nossa)

A queda da cortina de ferro teria sido, segundo Klaus (2004, tradução nossa), “(...) conectada com o nascimento e o amadurecimento gradual da democracia e com a implementação dos valores da sociedade livre no país”²⁶, representando o percurso da então recém democracia do regime comunista em direção à liberdade que prometia a associação com a União Europeia, a Europa e o Ocidente em geral.

Os países da Europa Central frequentemente invocavam laços históricos com a Europa para assegurar e legitimar seus lugares na União Europeia, recorrendo a articulações de um passado em comum com seu Eu superior e idêntico. Em 1990, o primeiro presidente democraticamente eleito da Polônia, Lech Walesa, se referiu à influência soviética e à orientação em direção ao Leste proveniente desta como a “(...) era do mal (...)”, de “(...) compromissos forçados (...)”²⁷ (tradução nossa). Por ser “(...) culturalmente conectada com o Ocidente (...)”, a Polônia queria “(...) ser um elemento da ordem pacífica na Europa”²⁸ (Walesa, 1990, tradução nossa). Klaus, em 2003, conferiu

²⁴ “In a few hours we shall become witnesses of, as well as participants to, one of the most important events in the history of the Czech state. (...) Already in November 1989 hundreds of thousands of us – almost subconsciously and thus completely spontaneously – called a slogan „Back to Europe“, a slogan that became one of the most important symbols of our further development.”

²⁵ “(...) end our disrespect for the basic values of the political and economic systems functioning successfully west of us, - end our non-involvement in the activities of those European institutions that had been founded during our absence from the democratic development of the free part of the European continent between February 1948 and November 1989 and that shaped the face of today’s Europe”

²⁶ “It was connected with the birth and gradual maturing of our democracy and with the implementation of the values of free society in our country.”

²⁷ “The evil era when the authorities of our country were appointed under pressure of foreigners or as the result of forced compromises is ending.”

²⁸ “Independent Poland wants to be an element of the peaceful order in Europe. It wants to be a good neighbor. Centuries of mutual history link us with the Ukraine, Byelorussia and Lithuania. This applies also to Germany, in which we want to see a friendly gate to Europe. Being culturally connected with the West (...)”

continuidade a esse discurso e se referiu ao domínio comunista “(...) que durou metade de um século (...)”, como um isolamento “(...) não natural e unilateral (...)”, de forma que, ao ingressar na União Europeia, a República Tcheca não estava se unindo ao continente europeu, pois ela “(...) faz parte dele há muito tempo, na verdade sempre fez, até nos tempos de sua subjugação.”²⁹ (2003, tradução nossa), mas à “(...) organização supranacional complicada (...)”, da União Europeia. O país deveria, assim, “(...) aprender a viver nas estruturas de Bruxelas (...)”³⁰ (Klaus, 2004, tradução nossa), mas sem deixar que se esqueça o fato de que sempre pertenceu ao continente. Medgyessy faz a mesma coisa ao afirmar que a Hungria estava “(...) ‘retomando o seu lugar’ porque através de seus séculos de existência como nação, a Hungria sempre fez parte da Europa”³¹ (2003, tradução nossa). Através de processos de associação à Europa Ocidental, o ex-primeiro-ministro húngaro recorreu à religião como traço comum da identidade europeia ao contar que “(...) o primeiro Rei da Hungria converteu à Cristandade e ao mesmo tempo fundou um Estado europeu.”. Dessa forma, ao ingressar na União Europeia a Hungria estava “(...) retornando à Europa após provar várias vezes durante o século XX que a Europa é o seu lar”, mesmo após duas “(...) ditaduras extremistas (...)” que foram incapazes de desviá-la de “(...) sua comunidade natural de interesses com a Europa.”³² (Medgyessy, 2003, tradução nossa). Segundo Kwasniewski, por fim, a Polônia havia “(...) retornado à família (...)” da qual ela havia sido “(...) excluída pelas decisões das potências após a Segunda Guerra Mundial”. A Europa Central estava finalmente de volta ao seu “(...) lar europeu comum (...)”³³ (2003, tradução nossa). Construções discursivas servem para reforçar representações de identidade, associações e diferenciações. O ex-presidente da Polônia declarou que acessava a entrada na União Europeia “(...) de forma calma e sem emoção”³⁴ (2004, tradução nossa), reforçando a dicotomia racionalidade/emoção, que associa as

²⁹ “It became a challenge to - overcome the isolation of our country that lasted half a century, - overcome our unnatural and one sided orientation towards the east. (...) We are not joining Europe, because we have been part of it for a long time, in fact always, even at the times of our subjugation.”

³⁰ “We are joining European Union and our task is thus much more prosaic: we must learn how to live in the Brussel’s structures and in the complicated supranational organization (...).”

³¹ “I say “resuming its place” because throughout its centuries of existence as a nation Hungary has always been part of Europe.”

³² “At the turn of the last millennium St Stephen, the first King of Hungary, converted to Christianity and at the same time founded a European state. (...) Hungary is coming back to Europe after proving several more times during the twentieth century that Europe is its home. Two extremist dictatorships have soured the destiny of the Hungarian people. And yet neither of these dictatorships could divert it from its natural community of interests with Europe.”

³³ “We have returned to the family, from which we were excluded by the decisions of the powers after World War II. We are again at our common European home (...).”

³⁴ “Today, the EU has already become part of our everyday life. We assess it calmly, unemotionally.”

emoções ao antigo regime comunista, privilegiando o primeiro elemento e aproximando-se discursivamente, assim, da racionalidade Ocidental. Levando em conta que ‘paixão’ e ‘emoção’ – associadas à violência, a ódios antigos, ao barbarismo e à irracionalidade, convém destacar – são elementos centrais na construção ocidental do Leste Europeu desde o começo do século XIX (Hansen, 2006), é razoável que os líderes da Europa Central, em seus esforços de distanciá-la do Leste, a distanciassem também das emoções.

Foi possível observar a construção dos discursos selecionados através de articulações de representações de identidade, como de identidades geográficas e temporais, tal como de analogias históricas, metáforas e conceitos (Hansen, 2006). Conclui-se que os discursos oficiais apresentados agrupam os esforços para estabilizar e fixar significados, confirmando sua forma de apelo moral por parte de uma Europa Central frustrada com o domínio soviético (Neumann, 1999). Expressando, claramente, uma tentativa de aproximação do Ocidente e concomitante afastamento do Leste, mobiliza-se identidades históricas e cria-se mais um degrau na hierarquia europeia: nem Ocidente, nem Oriente – Centro. Na busca de ser identificada como mais próxima do Ocidente, mas ao mesmo tempo sendo quase intrinsecamente – no caso, histórica e politicamente – não tão distante assim do Leste, a Europa Central recorre a articulações históricas, religiosas e culturais para fixar um passado comum e estabelecer-se numa nova hierarquia imaginada. Segundo Neumann (1999), após as mudanças de regime em 1989, a existência de um discurso acerca da região facilitou um panorama no qual apelos à Europa Ocidental por assistência e inclusão pudessem ser feitos – o que permite a compreensão, através de discursos feitos sob medida para o Ocidente, da forma com que os atores envolvidos constituíram seu Eu e seus Outros externos, como vieram a ser bem sucedidos e como se mantêm.

3. Nós, a civilização cristã; eles, a elite corrupta: euroceticismo, usos do Eu e do Outro na Polônia e na Hungria e a crise migratória de 2015

Esta seção busca expor as articulações discursivas do Eu e do Outro no discurso político recente da Europa Central, mais especificamente da Polônia e da Hungria. Atualmente marcadas pelo surgimento e fortalecimento da extrema direita populista, encarnada nos dois partidos no governo, respectivamente o PiS e o Fidesz, a Polônia e a

Hungria são exemplos perfeitos da fluidez dos discursos políticos. A exposição e a extensa cobertura midiática disponível sobre os acontecimentos e a postura de líderes de ambos os países possibilitam a observação de mudanças tão drásticas no discurso político, em tão pouco tempo, em relação ao contexto da entrada desses países na União Europeia. Isto posto, a escolha de analisar os discursos atuais de líderes da Polônia e da Hungria se dá pelo fato de eles apresentarem claras articulações de Outros através de representações de identidades, servindo de amostra da instabilidade e da contingência histórica dos discursos políticos em geral (Milliken, 1999). Se antes a articulação do Outro ao Leste Europeu e a glorificação de valores democráticos liberais era frequente e necessária para a negociação da identidade da Europa Central, o que se vê nos discursos atuais é a rejeição de alguns desses valores, bem como a articulação e securitização de um novo Outro necessário à manutenção da identidade e da moral europeia cristã. Ao olhar para o contexto generalizado de crise da democracia e da União Europeia, e mais especificamente para a crise de refugiados de 2015, é possível constatar uma atualização do uso discursivo do Outro, suas nuances e renegociações em relação aquele identificado no contexto de acessão dos países da região ao bloco europeu. Através de processos claros de associação e diferenciação, constata-se novas estratégias discursivas de construção do Eu e do Outro por parte da Hungria e da Polônia que, nem duas décadas após retornarem à sua ‘pátria cultural’, se afastam de uma Europa que agora toma forma de elite corrupta liberal.

A entrada da Europa Central na União Europeia se deu, efetivamente, nos dias de glória do modelo liberal ocidental, quatro anos antes da crise financeira mundial e da zona do euro em 2008, numa conjuntura na qual a identidade europeia e ocidental e seus princípios básicos não enfrentavam tantos desafios e questionamentos quanto nos anos mais recentes. A consolidação da democracia na periferia central da Europa foi bem-sucedida, e se deu não apenas pelo desejo de deixar o passado comunista para trás, mas também pelo uso de condicionalidades por parte da União Europeia, que estabeleceu como pré-requisitos valores democráticos como os direitos humanos. Em certa medida, no entanto, ao passo em que se incorporava o modelo ocidental ideal, contraía-se os sintomas nada inéditos de crise e cansaço. Tendo tomado para si os fundamentos da democracia ocidental, não é uma surpresa que a Europa Central tenha tomado para si também suas mazelas, tais como o abismo entre as elites políticas e a população, a falta de confiança em instituições estatais e parlamentares e o surgimento e fortalecimento de

movimentos nacionalistas e populistas que desafiam a democracia liberal instalada (Rupnik, 2010) e contribuem para a contestação da identidade da região. Segundo Kazharski (2017), trata-se de um cenário que possibilita não apenas a desestabilização da identidade centro-europeia, mas da identidade da Europa e da União Europeia como um todo, de forma que as tendências políticas observadas na Polônia e na Hungria fazem parte de processos políticos mais amplos que envolvem crises europeias de modo geral. Levando em conta que identidades não são fixas e que tanto a identidade quanto a política são constituídas por processos de ajustes narrativos (Hansen, 2001), é razoável, portanto, que em momentos de crise suas contestações e renegociações sejam intensificadas.

Os partidos no poder na Polônia e na Hungria, respectivamente o Lei e Justiça (PiS) e o Fidesz, se destacam por seu caráter conservador, nacionalista e populista e por sua retórica anti-imigração. A postura crítica de Viktor Orban, líder do Fidesz e primeiro-ministro húngaro, e de Jaroslaw Kaczynski, líder do PiS e considerado o ‘homem forte’ da Polônia, em relação à UE e algumas de suas políticas não foi inaugurada em 2015, mas pode-se dizer que o contexto mais generalizado de crise na UE e a tônica da crise dos refugiados permitiram um maior contraste político dos dois países em relação ao bloco. Convém, portanto, tratar da virada discursiva eurocética e de um afastamento normativo da Europa Central da União Europeia em duas dimensões: a da postura e dos discursos de tom ceticista em relação à organização, que agora toma a forma de uma elite liberal corrupta; e a dos discursos anti-imigração, claramente contrariando valores humanitários universais outrora citados no contexto de adesão à UE na forma de garantia da europeização suficiente para entrar no clube.

3.1. Os tons da democracia cristã iliberal

A postura eurocética da Polônia e da Hungria que vem se consolidando nessa década desafia políticas comuns da União Europeia e princípios da democracia liberal, e frequentemente enfatiza a percepção de que a Europa Central “é diferente da Europa Ocidental” pois possui uma “(...) cultura especial”³⁵ (Orbán, 2018, tradução nossa). Das similaridades entre os dois regimes, húngaro e polonês, é possível citar a mira no judiciário e tribunais superiores, a restrição da independência da mídia e da sociedade civil e a transformação da estrutura constitucional e de leis eleitorais de forma a promover

³⁵ “Central Europe is a region which also has a special culture. It is different from Western Europe.”

e garantir a permanência dos partidos no poder, supostamente parte da retórica de “(...) um novo Estado construído fundamentos iliberais e nacionais dentro da União Europeia”³⁶ (Orbán, 2014, tradução nossa). Pode ser que a retórica do iliberalismo obtenha mais sucesso no caso da Hungria por fatores como o controle da supermaioria do Fidesz no parlamento húngaro, enquanto o PiS tem o controle apenas da maioria, e uma base mais sólida e experiente (Grzymala-Busse, 2017). De qualquer forma, não se pretende, aqui, entrar em detalhes sobre os recentes processos políticos e institucionais desses países, nem sobre suas diferenças, apenas brevemente situá-los de forma a apontar sua estratégia contra-hegemônica, ou, nas palavras de Orbán, sua “(...) contra-revolução cultural (...)”³⁷ (2016, tradução nossa) comum, para que a “(...) Europa Central possa ocupar o lugar na Europa que ela merece (...)”³⁸ (Orbán, 2018, tradução nossa), ressignificando princípios e noções políticas uma vez incorporadas no discurso da identidade da região de forma a garantir sua entrada na UE.

Pode-se compreender essa virada eurocética através do entendimento de Orbán de que “(...) as elites europeias, os *policy makers* e as pessoas que controlam a mídia imaginam que o desenvolvimento da humanidade precisa da liquidação de nossas identidades (...)”. A União Europeia é assim articulada como uma entidade ameaçadora à estabilidade e manutenção da identidade da Europa Central, que precisa protegê-la através do estabelecimento de “uma nova ordem constitucional baseada em fundamentos nacionais e cristãos”, invocando uma nova “era cultural” e o iliberalismo, pois o iliberal “(...) defende suas fronteiras (...), sua cultura nacional, interferências externas e tentativas de construção de império” (Orbán, 2019, tradução nossa)³⁹ por parte da Europa Ocidental. Trata-se de uma abordagem nacionalista que constitui a nação como “(...) uma comunidade determinada histórica e culturalmente”⁴⁰ (Orbán, 2019, tradução nossa), claramente rejeitando outras formas de ser. Além da convicção de que “(...) todo país europeu tem o direito de (...) rejeitar a ideologia do multiculturalismo”⁴¹ (Orbán, 2018),

³⁶ “When I mention the European Union, I do so not because I believe that it is impossible to construct a new state built on illiberal and national foundations within the European Union. I think this is possible.”

³⁷ “All these phenomena observed in Europe today show that a cultural counter-revolution is possible.”

³⁸ “In order that Central Europe can occupy the place in Europe that it deserves, it is worth clarifying a few tenets.”

³⁹ “In other words, today it is the illiberal person who defends their borders, defends their national culture and rejects external interference and attempts at empire building.”

⁴⁰ “(...) the illiberal or national viewpoint states that the nation is a historically and culturally determined community.”

⁴¹ “The first is that every European country has the right to defend its Christian culture, and the right to reject the ideology of multiculturalism.”

é possível observar um desafio ao multilateralismo europeu, na medida em que não apenas há a consideração da Comissão Europeia, um dos órgãos da UE, como o símbolo da falha da “elite europeia”, mas a clara disposição de colocar-se como obstáculo no caso de imposições de sanções à Polônia, por exemplo, algo que a “(...) Hungria nunca apoiará (...)”⁴² (Orban, 2016, tradução nossa). Dessa forma, testemunha-se o surgimento de uma nova “coesão regional” (Kazharski, 2017) da Europa Central, não tão disposta a cooperar com o bloco europeu como antes, e que identifica como um dos principais problemas da União Europeia – o “Bruxelismo” – o multilateralismo, que no caso de um problema comum como a crise migratória, não permite que os Estados ajam por conta própria, no que seria uma “(...) retirada dos poderes dos Estados-nação”⁴³ (Orbán, 2016, tradução nossa). Nesse sentido, a invocação da soberania e de um estado iliberal está em consonância com a visão de Orbán de que a Comissão Europeia “(...) é partidária, pois ela favorece os liberais”, que ela “(...) opera contra a Europa Central”⁴⁴, e que na “(...) Europa liberal ser europeu não significa absolutamente nada”⁴⁵ (2018, tradução nossa). A alternativa de Orbán à sua percepção da realidade é a da substituição da elite liberal por uma “(...) elite cristã democrática”⁴⁶ (2018, tradução nossa), que favoreceria a cultura cristã sobre o multiculturalismo, a anti-imigração sobre uma postura mais receptiva característica de países como a Alemanha e a Suécia, e os modelos da família cristã sobre “modelos adaptáveis”⁴⁷ (Orbán, 2018, tradução nossa).

Posições nacionalistas e eurocéticas, bem como obstáculos à democracia liberal, também são facilmente observados nas práticas e nos discursos do PiS da Polônia. Em 2017, o partido de extrema direita propôs reformas judiciais que confeririam maior controle do governo sobre a Suprema Corte e a Corte Constitucional do país, consideradas como um “(...) claro risco de violação do Estado de Direito na Polônia”⁴⁸ (EU, 2017) pela

⁴² “I thought it was important to point out that it is a waste of time for the European Union to consider imposing any kind of sanctions on Poland, because that would require unanimity, and Hungary will never support sanctions of any kind against Poland.”

⁴³ “This is Brusselism: the stealthy withdrawal of powers from the nation states.”

⁴⁴ “(...) today the European Commission is partisan, because it sides with the liberals. It is biased, because it is working against Central Europe.”

⁴⁵ “In fact, in liberal Europe being European means nothing at all (...)”

⁴⁶ “(...) we must show that the liberal elite can be replaced with a Christian democratic elite.”

⁴⁷ “Liberal democracy is in favour of multiculturalism, while Christian democracy gives priority to Christian culture; this is an illiberal concept. Liberal democracy is pro-immigration, while Christian democracy is anti-immigration; this is again a genuinely illiberal concept. And liberal democracy sides with adaptable family models, while Christian democracy rests on the foundations of the Christian family model (...)”

⁴⁸ “Despite efforts for a constructive dialogue for 2 years, we have concluded that there is a clear risk of a serious breach of the rule of law in #Poland”

Comissão Europeia. Diante da veemente oposição da UE em relação às reformas, Kaczynski colocou que não deveria haver “(...) nenhuma conversa sobre um acordo com poderes que por anos trataram a Polônia como a sua pilhagem privada”⁴⁹ (2018, tradução nossa). Trata-se de uma percepção, como coloca o presidente Andrzej Duda, de que as instituições europeias contam “(...) mentiras sobre a Polônia (...)”, e de que há “(...) muita hipocrisia nas ações da União Europeia”⁵⁰ (Duda, 2017, tradução nossa). Leis controversas que interfeririam na liberdade de imprensa, colocando emissoras públicas sob o controle do governo, e no financiamento de ONGs, que gerariam claras restrições ao pluralismo, também foram motivo de embate entre a EU e a Polônia em 2016. No entanto, a adoção de uma postura nacionalista persistiu, de forma a “(...) não deixar ninguém da UE indicar qual caminho (...)” a Polônia deve seguir para ser “(...) forte e bem-sucedida (...)”⁵¹ (Kaczynski, 2015, tradução nossa). Isso reflete a percepção do PiS de que o bloco possui um “(...) duplo padrão (...)” de tratamento de seus Estados-membro, sendo assim um “(...) instrumento nas mãos de alguns Estados”⁵², enunciada pelo ministro das Relações Exteriores Jacek Czaputowicz (2018, tradução nossa).

Frequentemente observa-se a ênfase discursiva na importância do orgulho da identidade polonesa, que teria sido “(...) degradado por mais de 20 anos (...)”, junto com a imagem da Polônia, que teria sido “(...) desacreditada (...)”⁵³ (Kaczynski, 2015, tradução nossa). Nesse sentido, segundo o líder do partido, uma das maneiras de reverter esse quadro e reforçar o orgulho polonês seria através de transformações na educação, estabelecendo “(...) o senso essencial da identidade”⁵⁴, sem a qual o país não pode ser bem-sucedido. Também é citada a importância de sua “(...) defesa na cena internacional e global”, visando resguardar o “(...) orgulho e dignidade (...)” da Polônia e provando-se, assim, uma “(...) grande nação europeia”⁵⁵ (Kaczynski, 2015, tradução nossa). ‘Europeia’,

⁴⁹ “(...) there cannot be any talk about reaching an agreement with powers that for years treated Poland as their own private loot.”

⁵⁰ “Very many representatives of European institutions tell lies about Poland (...) Unfortunately, I believe there is a lot of hypocrisy in the actions of the European Union.”

⁵¹ “Our government will fulfil this duty and we will let no one in the EU indicate what path we should take; we will plan and we are planning already our actions that will lead us our goal – great, strong and successful Poland.”

⁵² “Nothing hurts the idea of European integration more than the actual inequality of its member states before the law, the use of double standards and the departure of the European Commission from its role as an objective guardian of treaties to (become) an instrument in the hands of some states.”

⁵³ “Our pride has been degraded for over 20 years; we were taught to be ashamed; our image was discredited outside our borders.”

⁵⁴ “(...) we need to instill the essential sense of identity. We cannot succeed without our identity (...)”

⁵⁵ “(...) but we will also stand up on the international and global scene. We must want to defend our pride and dignity in order to be what we ought to be – a great European nation!”

no entanto, até certo ponto, na medida em que nos discursos poloneses, bem como nos húngaros de forma mais agressiva, há uma clara tentativa de diferenciação de suas nações da “elite corrupta” das instituições do Ocidente, que possuem “(...) doenças sociais (...)” que a Europa Central deve evitar “(...) ser infectada (...)”⁵⁶ (Kaczynski, 2018, tradução nossa).

Perante os discursos e práticas apresentados, portanto, é possível observar formações discursivas que buscam conservar o passado cristão, engajando com identidades dominantes já existentes (Hansen, 2006) como a da Europa Ocidental e em última instância da União Europeia, porém rearticulando-as através de contestações que se opõem abertamente ao liberalismo europeu e ao universalismo liberal. Nota-se que não há, no entanto, uma rejeição total à afiliação à UE, dado que ambos os líderes e suas elites reconhecem seus benefícios, mas uma abordagem que abertamente desafia normas e valores defendidos pelo bloco e seus líderes. A mobilização discursiva de uma antiga identidade cristã reflete, portanto, a posição atualizada, porém ainda ambígua, da Polônia e da Hungria de buscar reforçar a legitimidade de sua posição no Ocidente e na UE, ao mesmo tempo que confronta-se e critica-se a democracia liberal instalada. As tentativas discursivas de promover sua própria visão da identidade europeia constituem a União Europeia como um Outro atualizado, através de práticas discursivas de diferenciação em relação à Europa moderna e liberal, que representa o “abandono da cultura cristã”⁵⁷ (Orbán, 2019) – daí o projeto iliberal – e de associação à antiga Europa, sua noção de civilização e seus fundamentos da cristandade. Enquanto em 2004 a mobilização de uma antiga identidade europeia cristã visava a aproximação da Europa Central à Ocidental, agora essa mesma identidade opera de forma a contrapor a região à Europa moderna liberal.

3.2. A crise migratória e a interdição do Outro cultural

O contexto da crise migratória de 2015 fornece fontes de novas articulações e usos do Outro nas práticas e discursos de política externa dos dois países. Em 2015, configurou-se na Europa uma crise de refugiados, com um escalonamento inédito do

⁵⁶ “(...) that doesn’t mean we should repeat the mistakes of the West and become infected with social diseases that dominate there.”

⁵⁷ “My answer is that today there are two attacks on Christian freedom. The first comes from within, and comes from liberals: the abandonment of Europe’s Christian culture.”

fluxo de pessoas entrando ou tentando entrar no continente, sobretudo pelo Mar Mediterrâneo ou pelas rotas do Leste Europeu, algo que se tornou um dos assuntos centrais da mídia internacional. Tão notáveis quanto os altos números de pessoas atravessando as fronteiras europeias – cerca de um milhão de acordo com a UNHCR e a IOM (2015) – e de mortes – cerca de 3.600 (UNCHR/IOM, 2015) – foi a impotência de governos nacionais e do bloco europeu como um todo de lidar com a situação, evidenciando divisões e radicalização políticas. A principal tentativa de contornar a situação foi a proposta da Comissão Europeia de uma cota de refugiados para os países do bloco europeu, visando aliviar a pressão dos países da costa do Mediterrâneo, que recebiam o maior número de imigrantes. O sistema, que estabeleceria um número de refugiados para cada país baseado em dados como tamanho da população e PIB, foi rejeitado pelos países do Grupo Viségrad, que, num tom de securitização, pediram por mais controle de suas fronteiras numa declaração conjunta de 2016. De acordo com esta, o sistema de realocação de refugiados “(...) botaria os pilares da integração europeia, especialmente o Espaço Schengen e o princípio de livre-movimento, em risco.”, “(...) questionaria os próprios fundamentos da União Europeia e teria fortes impactos econômicos, sociais e simbólicos negativos. Além disso, produziria efeitos prejudiciais para a segurança e a estabilidade da região dos Balcãs”⁵⁸. (Visegrad, 2016, tradução nossa).

A securitização do assunto, expressa na declaração supracitada, e o entendimento da Europa como uma civilização cristã que necessita de proteção contra a “invasão de migrantes”⁵⁹ (Orbán, 2017, tradução nossa) e de ameaças culturais permearam as práticas e os discursos políticos húngaros e poloneses. Em 2015, a Hungria começou a construção de uma barreira de arame farpado na fronteira sul do país com a Sérvia e com a Croácia, em resposta ao grande fluxo de migrantes no país e no continente em geral, que segundo Orbán revelou a “(...) gravidade da situação da civilização europeia (...)”⁶⁰ (2018, tradução nossa). É seguro dizer que essa barreira representa a visão de Orbán de que a “imigração e migrantes danificam a segurança da Europa, são uma ameaça para as pessoas e trazem-

⁵⁸ “Such a development would put the cornerstones of the European integration, especially Schengen and the principle of free movement, at risk. Stepping back in this area would question the very foundations of the European Union and would have strong negative economic, social and symbolic impacts. Moreover, it would also produce harmful effects for the security and stability of the Balkans region.”

⁵⁹ “We shouldn’t forget that Hungary – with the aid of the V4, for which we are grateful – was the country which stopped the migrant invasion flooding into Europe.”

⁶⁰ “The gravity of the situation – the gravity of the situation of European civilisation – has been revealed by the migrant crisis.”

nos o terrorismo”, na medida em que se trata de pessoas “(...) que foram criadas em outra religião, e representam uma cultura radicalmente diferente”, que “(...) contrasta drasticamente com a da Europa” que tem suas raízes na cristandade. Segundo o primeiro-ministro, a migração representa um “(...) ataque à liberdade cristã”, e tem como objetivo “(...) a destruição da Europa como a conhecemos”⁶¹ (Orbán, 2019, tradução nossa). Além disso, sustenta que “ideologias e valores opostos não podem ser simultaneamente sustentados”⁶² (Orban, 2017, tradução nossa), de forma que o “multiculturalismo é uma ilusão” e algo que ele não desejaria que fosse “forçado sobre”⁶³ (Orbán, 2018, tradução nossa) a Hungria. Observa-se mais uma vez uma clara rejeição de valores como “(...) pluralismo, não-discriminação (...) e solidariedade (...)”⁶⁴ (2012, tradução nossa) previstos no próprio Tratado da União Europeia e tradicionalmente reivindicados pela Europa Ocidental.

Na visão do primeiro ministro húngaro, bem como da ex-primeira-ministra polonesa Beata Szydlo, portanto, a crise migratória “não é um problema europeu, mas um problema alemão”⁶⁵ (Orbán, 2015, tradução nossa), uma vez que a Alemanha teria “convidado migrantes para a Europa”⁶⁶ (Szydlo, 2016, tradução nossa), enquanto a Polônia e a Hungria não, tendo assim o “direito moral de dizer não”⁶⁷ (Kaczynski, 2017, tradução nossa), “(...) o direito de defender suas fronteiras (...) e de rejeitar a imigração”⁶⁸ (Orbán, 2018, tradução nossa). A retórica anti-imigração conta, ainda, com a constituição do Outro como uma ameaça não apenas à identidade e à cultura, mas à saúde europeia, dado que segundo Kaczynski “migrantes já trouxeram doenças como cólera e disenteria, assim como todos os tipos de parasitas e protozoários”⁶⁹ (2015, tradução nossa). Visando garantir a ‘segurança’ identitária e cultural dos poloneses, propostas controversas de

⁶¹ “(...) there is an attack from outside, which is embodied in migration, with the result of this – if not its goal – being the destruction of the Europe that we knew as Europe.”

⁶² “Opposing ideologies and values cannot be simultaneously upheld, as they are mutually exclusive.”

⁶³ “Multiculturalism is an illusion. We do not want that. And we don’t want something forced upon us.”

⁶⁴ “The Union is founded on the values of respect for human dignity, freedom, democracy, equality, the rule of law and respect for human rights, including the rights of persons belonging to minorities. These values are common to the Member States in a society in which pluralism, non-discrimination, tolerance, justice, solidarity and equality between women and men prevail.”

⁶⁵ “It’s not a European problem, it’s a German problem”

⁶⁶ “At a press conference in Warsaw Wednesday, Prime Minister Beata Szydlo - of the right-wing Law and Justice (PiS) party which came to power last October - criticized German Chancellor Angela Merkel for having “invited migrants into Europe.”” (Deutsche Welle, 2016)

⁶⁷ “(...) we have not invited them to Europe. We have a full moral right to say ‘no’”

⁶⁸ “(...) every country has the right to defend its borders, and it has the right to reject immigration.”

⁶⁹ “Migrants have already brought diseases like cholera and dysentery to Europe, as well as “all sorts of parasites and protozoa””

revisão do sistema de migração do país foram vazadas em 2019. De acordo com o Balkan Insight, o documento descrevia a Polónia como um país de homogeneidade étnica, algo que deveria ser assegurado através de uma política de migração baseada na integração e na assimilação, com programas que reforcem “(...) a habilidade do estrangeiro de aceitar e assumir os valores da Polónia como os seus próprios, incluindo aqueles relacionados à visão de mundo, religião, política, cultura, hábitos etc. (...)”⁷⁰ (2019, tradução nossa). São propostas que expressam a tentativa de constituir outras formas de ser, pensar e agir, que não as formas polonesas, como inadequadas, as silenciando, excluindo e disciplinando.

A presença de uma espécie de cortina de arame farpado para conter migrantes e refugiados traz lembranças amargas da cortina de ferro erguida à época da Guerra Fria, símbolo da barreira física e mental entre o Ocidente e o Leste, que retinha espacial e temporalmente a Europa Central ao Leste. Em 89, a Hungria foi o primeiro país da região a abrir sua fronteira, permitindo o fluxo de pessoas do bloco do Leste para a Europa Ocidental. Mais de duas décadas depois da queda da cortina de ferro, no entanto, o arame farpado reproduz a tentativa de interdição do Outro e sua cultura do lado de fora da Europa. Trata-se de uma prática discursiva, dentre várias, de externalização e inscrição do perigo e da ameaça no Outro, e de, literalmente, produção de fronteiras (Campbell, 1992). Para convencer a população e legitimar sua retórica anti-imigração, Orbán coloca que não se deve “(...) demonstrar solidariedade com grupos e ideologias que se opõem aos objetivos da existência e da cultura europeia, porque isso levaria à rendição”⁷¹ (2017, tradução nossa). A construção de uma conexão entre a rejeição da presença de refugiados muçulmanos e a identidade centro-europeia cristã também pode ser considerada como uma tentativa de legitimação da política migratória de ambos os países, bem como da veemente oposição de posições mais receptivas por parte da UE. Trata-se de uma reconfiguração do Outro na forma do imigrante muçulmano, num duplo movimento de tentar reforçar e preservar o aspecto europeu da identidade centro-europeia através de práticas excludentes como a proibição da entrada de outras formas de ser, ao mesmo tempo em que se afasta do europeísmo normativo, universalista e supostamente não-discriminatório.

⁷⁰ “An important aspect of the assimilation programmes will be their deepened axiological and socialising aspect, i.e., the ability of the foreigner to accept and assume as their own the values in force in Poland, including those related to worldview, religion, politics, culture, habits etc. and to become a fully formed member of Polish society.”

⁷¹ “We must not show solidarity with groups and ideologies which oppose to the aims of European existence and culture, because that would lead to surrender.”

As afirmações por parte de líderes dos V4 – tanto individualmente quanto em declarações conjuntas – apontam, então, para uma coesão regional que, se antes funcionou como um esforço conjunto de integração à UE, agora se apresenta de forma a desafiar abertamente princípios como o pluralismo, ao defender, por exemplo, a homogeneidade étnica e religiosa, e a gerar obstáculos para o multilateralismo, sustentáculo do bloco europeu. Por mais que uma visão imperialista da UE e uma abordagem nacionalista permeie o euroceticismo tanto do Fidesz quanto do PiS, é importante mencionar que há diferenças entre suas posturas. No entanto, o objetivo aqui foi de apontar suas similaridades práticas e discursivas, na medida em que estas contribuem para a elucidação de uma ruptura da Europa Central com a Europa Ocidental (em última instância, a UE), e para a contestação da identidade centro-europeia através de práticas que vão contra não só valores, mas certas decisões do bloco.

É razoável concluir, por fim, que a questão dos refugiados, além de intensificar divisões na Europa de modo geral provenientes da combinação dessa e outras crises, revelou um afastamento político e ideológico da Europa Central da União Europeia. Se as aspirações de aproximação normativa com o Ocidente por parte dos países pós-comunistas há mais de trinta anos foram simbolizadas pela queda da cortina de ferro, tendências liberais e de extrema direita hoje formam um abismo tão cortante quanto o arame farpado que interdita o pluralismo cultural. Diante das práticas discursivas apresentadas, foi possível vislumbrar não apenas a importância da identidade para a política externa tanto da Polônia quanto da Hungria, mas a reprodução da identidade polonesa e húngara através da constituição do Outro, seja o refugiado muçulmano, que ameaça a preservação da cultura e civilização cristã, ou a elite liberal europeia que incita as barbaridades do pluralismo. Através das tentativas de institucionalizar seus entendimentos e representações de tais identidades (Hansen, 2006), constata-se a fluidez e a relação constitutiva entre identidade e política externa, historicamente contingentes e constantemente (re)negociadas por processos de ajuste narrativo.

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi de apontar os usos do Eu e do Outro no discurso político da Europa Central, tanto no contexto das negociações e entrada na União Europeia pós-Guerra Fria quanto no contexto mais recente de postura e abordagens

nacionalistas e eurocéticas por parte da Polônia e da Hungria. A partir de um entendimento da identidade como algo produzido através de processos de associação e diferenciação, pôde-se observar as maneiras pelas quais os discursos buscam estabilidade, bem como sua natureza instável (Hansen, 2006). Ao expor e justapor os discursos da Europa Central em contextos distintos, porém não tão distantes entre si, foi possível apontar para diferentes usos do Eu e do Outro, suas articulações e interpretações de identidades situadas ética, temporal e espacialmente. A análise de tais articulações e de diferentes dimensões de construção de identidades possibilitou um estudo sobre como subjetividades políticas são constituídas, bem como das diferenças e mudanças dos discursos ao longo do tempo, constatando sua instabilidade (Hansen, 2006).

Ao expor a instabilidade e a fluidez de práticas discursivas, que dependem de representações de identidades ao mesmo tempo em que as produz e reproduz, questiona-se o entendimento convencional das Relações Internacionais como algo que fornece considerações ahistóricas e ignora transformações e descontinuidades históricas (Milliken, 1999). Levando em conta que discursos operam como estruturas que são constantemente atualizadas e renegociadas, é interessante notar a mudança na articulação, por exemplo, da Europa Ocidental, Outro fundamental que permeia os discursos de ambos os contextos analisados, ora através de processos de associação, ora de diferenciação. Se no contexto de aspiração e entrada à União Europeia os países da Europa Central mobilizavam valores culturais, históricos e até religiosos como forma de aproximar-se da Europa Ocidental e legitimar seu lugar na União, menos de duas décadas depois observa-se um esvaziamento dessa identidade comum europeia por parte da Polônia e da Hungria, que buscam distanciar-se da identidade europeia liberal inclusive ao incitar uma contra-revolução cultural e um Estado iliberal. A construção de uma Europa superior dominava o discurso político da Europa Central no seu esforço de retornar ao Ocidente após a dissolução da URSS, nos anos 90 e 2000, apontando para diversos fatos que provavam a ‘europeização’ dos países em questão, tornando-os idênticos porém temporalmente separados de seu legítimo lar (Hansen, 2006). Tratava-se de uma narrativa de retorna à Europa, como se a Europa Central estivesse temporalmente progredindo em direção ao Ocidente,

Apenas uma década depois, no entanto, o que se observa é uma mudança radical no discurso da Polônia e da Hungria, atualmente marcadas por governos populistas e nacionalistas, em relação à Europa Ocidental. Se antes a UE, tal como valores liberais e

democráticos, eram o símbolo máximo da independência e da libertação dos países da Europa Central da influência soviética e do comunismo, agora ela toma a forma de uma elite política e burocrática que deve ser substituída por uma democracia cristã. Trata-se de disputas claras e abertas em relação à União, que agora representa “(...) uma aliança que foi forjada contra a população europeia”⁷² (Orbán, 2017, tradução nossa). Essa drástica mudança da construção da Europa Ocidental e da UE, encarnada nos discursos de líderes da Polônia e da Hungria, servem para constatar a inevitável instabilidade e a contingência histórica dos discursos políticos. Antes constituída como a salvação das nações da região da tirania da influência soviética, a UE, assim como a democracia liberal como um todo, agora constitui uma ameaça aos valores e a civilização cristã europeia. Se antes constituía-se o comunismo como principal perigo para a Europa Central, agora é o chamado Bruxelismo, em um processo que constitui a UE como um dos Outros através dos quais a Polônia e a Hungria buscam se diferenciar.

Por outro lado, no contexto da crise migratória de 2015, constata-se o surgimento de um novo Outro, o do refugiado muçulmano, bem como de claros desafios e obstáculos aos valores e às práticas da União Europeia. A narrativa de retorno à Europa constituía o Leste Europeu como Outro fundamental para a consolidação da identidade centro-europeia através de processos de diferenciação. No cenário da crise de refugiados na Europa, no entanto, o imigrante muçulmano toma a forma de um Outro que, supostamente, ameaça a civilização e os valores cristãos, fundamental para a manutenção da identidade europeia. Através de rejeições abertas e desdém ao multiculturalismo, invocando princípios nacionalistas, bem como de práticas e discursos que desprezam a solidariedade e a não-discriminação previstas na própria constituição da União, foi possível observar um afastamento normativo da Europa Central da UE e da Europa Ocidental. Trata-se de uma estratégia na qual, no caso polonês e húngaro, busca-se ressignificar princípios e valores europeus, tal como o significado da Europa como um todo, apelando para a soberania e a cristandade.

Segundo Neumann (1999), o Outro não pode ser concebido como a liberdade, na medida em que a liberdade implica na submissão que poder levar à extinção do Eu. Isto posto, é interessante notar que a União Europeia era concebida e representada como a promessa da liberdade para os países da Europa Central no pós-Guerra Fria. No entanto,

⁷² “Well, I have to say that in Brussels an alliance has been forged against the opinion of the people. (...) This is an alliance which has been forged against the European people.”

uma vez livres da influência soviética, esses países encontram-se mais uma vez em cativeiro, agora nas estruturas de Bruxelas. Diante da presença de Outros que são constituídos como ameaça fundamental à identidade centro-europeia – refugiados muçulmanos e a suposta elite liberal europeia – é possível contemplar renegociações da identidade da Europa Central e da Europa Ocidental em geral, posta em questão recentemente mais especificamente por ajustes narrativos por parte da Polônia e Hungria. É nesse sentido que se torna razoável a compreensão do surgimento da retórica da homogeneidade cultural, de uma democracia cristã e de um Estado iliberal. São retóricas, no entanto, que resultam no afastamento normativo da Europa Central da Ocidental, ao mesmo tempo que se busca conservá-la na forma de uma antiga identidade cultural, demonstrando, por fim, como as identidades e os discursos, que possuem relação co-constitutiva, são fluidos, instáveis e historicamente contingentes.

Referências bibliográficas:

ANTALL, Jozsef. *Speech of the Prime Minister of Hungary at the 46th session of the UN General Assembly*. 1991. In: JOSZEF ANTALL FOUNDATION. *A Historian in World Politics: Selected Speeches and Interviews*. 2008. Disponível em: https://www.martenscentre.eu/wp-content/uploads/2020/07/antall_jozsef.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

ANTALL, Jozsef. *Collegium Budapest – Responses to the Challenges of Today*. 1993. In: JOSZEF ANTALL FOUNDATION. *A Historian in World Politics: Selected Speeches and Interviews*. 2008. Disponível em: https://www.martenscentre.eu/wp-content/uploads/2020/07/antall_jozsef.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

ANTALL, Jozsef. *Politics: A Vocation and a Profession*. 1991. In: JOSZEF ANTALL FOUNDATION. *A Historian in World Politics: Selected Speeches and Interviews*. 2008. Disponível em: https://www.martenscentre.eu/wp-content/uploads/2020/07/antall_jozsef.pdf. Acesso em: 30 nov. 2020.

ASH, Timothy Garton. *Does Central Europe Exist?* 1986. Disponível em: <http://www.visegradgroup.eu/the-visegrad-book/ash-timothy-garton-does> Acesso em: 10 out. 2020.

CAMPBELL, David. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CIOBANU, Claudia. *New Polish Migration Policy Seen Enshrining Xenophobia*. 2019. Disponível em: <https://balkaninsight.com/2019/08/13/new-polish-migration-policy-seen-enshrining-xenophobia/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CONSOLIDATED VERSION OF THE TREATY ON EUROPEAN UNION. 2012. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:2bf140bf-a3f8-4ab2-b506-fd71826e6da6.0023.02/DOC_1&format=PDF. Acesso em: 17 nov. 2020.

CZAPUTOWSKI, Jacek. In: GOETTIG, Marcin; SOBCZAK, Pawel. Poland accuses EU of 'double standards' on democracy as standoff deepens. *Reuters*, Varsóvia, 21 mar. 2018. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/idUSKBN1GX1QS>. Acesso em: 16 nov. 2020.

DUDA, Andrzej. In: European Commission triggers Article 7 against Poland. *Deutsche Welle*, 20 dez. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/en/european-commission-triggers-article-7-against-poland/a-41873962>. Acesso em: 16 nov. 2020.

EUROPEAN COMMISSION. Despite efforts for a constructive dialogue for 2 years, we have concluded that there is a clear risk of a serious breach of the rule of law in #Poland. We therefore proposed to @EUCouncil to adopt a decision under #Article7 (1) of the Treaty on EU. Bélgica, 20 dez. 2017. Twitter: @Eu_Commission. Disponível em:

https://twitter.com/eu_commission/status/943455451781517313. Acesso em: 17 nov. 2020.

GASPAROVIC, Ivan. *Inaugural Address of the President of the Slovak Republic*. 2004. Disponível em: <https://archiv.prezident.sk/gasparovic/index485d.html?inaugural-address-of-the-president-of-the-slovak-republic-ivan-gasparovic-bratislava-reduta-15-6-2004> Acesso em: 4 out. 2020.

GRYZMALA-BUSSE, Anna. *A Tale of Two Illiberalisms: Why Is Poland Failing Where Hungary Succeeded?* The Global Observatory, 2017. Disponível em: <https://theglobalobservatory.org/2017/08/poland-hungary-authoritarianism-fidesz-pis/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

HANSEN, Lene. *Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war*. Routledge, 2006.

KACZYNSKI, Jaroslaw. In: ALMÁSSY, Ferenc. *Poland has a moral right to say 'no' to migrants*. 2017. Disponível em: <https://visegradpost.com/en/2017/07/03/poland-has-a-moral-right-to-say-no-to-migrants/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

KACZYNSKI, Jaroslaw. In: CIENSKI, Jan. *Migrants carry 'parasites and protozoa,' warns Polish opposition leader*. 2015. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/migrants-asylum-poland-kaczynski-election/>. Acesso em: 17 nov. 2020.

KACZYNSKI, Jaroslaw. In: "Our aim to govern is not motivated by a revenge or to get even. (...) The time of integrity is about to begin in Poland," says Jarosław Kaczyński during his speech in Warsaw. *Poland Current Events*, 2015. Disponível em: <https://currenteventspoland.com/news/Jaroslaw-Kaczynski-speech-on-2015-parliamentary-elections.html>. Acesso em: 16 nov. 2020.

KACZYNSKI, Jaroslaw. In: Poland will not yield to EU over court reforms: Kaczynski. *Reuters*, Varsóvia, 26 jan. 2018. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/idUSKBN1FF14Y>. Acesso em: 17 nov. 2020.

KACZYNSKI, Jaroslaw. In: SOBCZAK, Pawel; FLORKIEWICZ, Pawel. Defiant Kaczynski says Poland must avoid EU's 'social diseases'. *Reuters*, Varsóvia, 2 set. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-poland-politics/defiant-kaczynski->

[says-poland-must-avoid-eus-social-diseases-idUSKCN1LI0J2](#). Acesso em: 14 nov. 2020.

KAZHARSKI, Aliaksei. *The End of 'Central Europe'? The Rise of the Radical Right and the Contestation of Identities in Slovakia and the Visegrad Four*. Geopolitics, 2017.

KLAUS, Václav. *Address of the President of the Czech Republic delivered on the Eve of the Accession of the Czech Republic to the European Union*. 2004. Disponível em: <https://www.klaus.cz/clanky/798> Acesso em: 4 out. 2020.

KWASNIEWSKI, Alexander. *New Year's Address by President Aleksander Kwaśniewski*. 2003. Disponível em: <https://www.prezydent.pl/en/archive/news-archive/news-2003/art.96,new-years-address-by-president-aleksander-kwasniewski.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.

KWANIEWSKI, Alexander. *New Year's Address by the President of the Republic of Poland*. 2004. Disponível em: <https://www.prezydent.pl/en/archive/news-archive/news-2004/art.37,new-years-address-by-the-president-of-the-republic-of-poland-aleksander-kwasniewski.html>. Acesso em: 3 out. 2020.

MEDGYESSY, Peter. *Speech Made to the Assembly*. 2003. Disponível em: <http://www.assembly.coe.int/nw/xml/Speeches/Speech-XML2HTML-EN.asp?SpeechID=145&a1=4&p2=1&lang=EN> . Acesso em: 3 out. 2020.

MILLIKEN, Jennifer. *The study of discourse in international relations: A critique of research and methods*. European journal of international relations, v. 5, n. 2, p. 225-254, 1999.

NEUMANN, Iver B. *Uses of the Other: "The East" in European Identity Formation*. NED - New edition ed., vol. 9, University of Minnesota Press, 1999.

ORBÁN, Viktor. In: BAULT, Oliver. *Orbán and Kaczyński Want a Cultural Counter-Revolution in Europe*. 2016. Disponível em: <https://visegradpost.com/en/2016/09/09/orban-and-kaczynski-are-for-counter-cultural-revolution-in-europe/> Acesso em: 18 nov. 2020.

ORBÁN, Viktor. *PM Orbán: 'Europe's Big Problem is Brusselsism, the Stealthy Withdrawal of Powers from the Nation States'*. [Entrevista concedida a] Éva Kocsis. Kossuth Rádió, 2016. Disponível em: <http://abouthungary.hu/speeches-and->

[remarks/Prime Minister Viktor Orb%C3%A1n interviewed on Kossuth R%C3%A1di%C3%B3 s 180%20Minutes program/](#) Acesso em: 19 nov. 2020.

ORBÁN, Viktor. *Prime Minister Viktor Orbán's speech at the 30th Bálványos Summer Open University and Student Camp*. 2019. Disponível em: <http://abouthungary.hu/speeches-and-remarks/prime-minister-viktor-orbans-speech-at-the-30th-balvanyos-summer-open-university-and-student-camp/> Acesso em: 18 nov. 2020.

ORBÁN, Viktor. *Prime Minister Viktor Orbán's Speech at the 25th Bálványos Summer Free University and Student Camp*. 2014. Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-25th-balvanyos-summer-free-university-and-student-camp> Acesso em: 7 nov. 2020.

ORBÁN, Viktor. *Prime Minister Viktor Orbán's speech at the 29th Bálványos Summer Open University and Student Camp*. 2018. Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-29th-balvanyos-summer-open-university-and-student-camp> Acesso em: 7 nov. 2020.

ORBÁN, Viktor. *Viktor Orbán's speech at the 28th Bálványos Summer Open University and Student Camp*. 2017. Disponível em: <https://2015-2019.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/viktor-orban-s-speech-at-the-28th-balvanyos-summer-open-university-and-student-camp> Acesso em: 7 nov. 2020.

ORBÁN, Viktor. „You wanted the migrants – we didn't!”. [Entrevista concedida a] Nikolaus Blome e Christian Stenzel. *Bild*, 2018. Disponível em: <https://www.bild.de/politik/ausland/viktor-orban/exclusive-interview-with-viktor-orban-54405140.bild.html> Acesso em: 14 nov. 2020.

ORBÁN, Viktor. In: ZALAN, Ester. Orban: “Migrant crisis is Germany's problem”. 2015. Disponível em: <https://euobserver.com/migration/130101>. Acesso em: 19 nov. 2020.

RUPNIK, Jacques. *Twenty Years of Postcommunism: In Search of A New Model*. Journal of Democracy 21, n. 1, p. 105–12, 2009.

SZYDLO, Beata. In: Poland abandons promise to take in refugees after Brussels attacks. *Deutsche Welle*, 23 mar. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/en/poland-abandons-promise-to-take-in-refugees-after-brussels-attacks/a-19137258>. Acesso em: 17 nov. 2020.

UNHCR/IOM. *A million refugees and migrants flee to Europe in 2015*. 2015. Disponível em: <https://www.unhcr.org/news/press/2015/12/567918556/million-refugees-migrants-flee-europe-2015.html>. Acesso em: 16 nov. 2020.

WISEGRAD GROUP. *Declaration on Cooperation between the Czech and Slovak Federal Republic, the Republic of Poland and the Republic of Hungary in Striving for European Integration*. 1991. Disponível em: <http://www.visegradgroup.eu/documents/visegrad-declarations/visegrad-declaration-110412-2> Acesso em: 3 out. 2020.

WISEGRAD GROUP. *Declaration of Prime Ministers of the Czech Republic, the Republic of Hungary, the Republic of Poland and the Slovak Republic on cooperation of the Visegrad Group countries after their accession to the European Union*. 2004. Disponível em: <http://www.visegradgroup.eu/documents/visegrad-declarations/visegrad-declaration-110412-1> . Acesso em: 3 out. 2020.

WISEGRAD GROUP. *Joint Statement on Migration*. 2016. Disponível em: <http://www.visegradgroup.eu/calendar/2016/joint-statement-on> Acesso em: 16 nov. 2020.

WALESA, Lech. In: POWERS, Charles T. Walesa Is Sworn In, Pledges to Press Reforms. *Los Angeles Times*, Varsóvia, 23 dez. 1990. Disponível em: <https://www.latimes.com/archives/la-xpm-1990-12-23-mn-9884-story.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.